



**CÁRITAS
BRASILEIRA**



**MOVIMENTO
LAUDATO SI'**

Católicos pela Nossa Casa Comum



**MUDANÇAS CLIMÁTICAS E
CONFERÊNCIA DO CLIMA:**

QUAL O NOSSO PAPEL?



EXPEDIENTE

CÁRITAS BRASILEIRA

Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

SDS – Bloco P – Ed. Venâncio III – Sala 410

CEP 70393-900 – Brasília - DF

caritas@caritas.org.br

61 3521-0350

www.caritas.org.br

[Acesse as redes sociais da Cáritas Brasileira](#) 

Diretoria

Dom Mário Antônio da Silva | Presidente

Cleusa Alves da Silva | Vice-Presidenta

Anadete Gonçalves | Diretora-Tesoureira

Valquíria Lima | Diretora-Executiva

Conselho Fiscal

Maria Istélia Folha

Itamar de Carvalho Souza

Luciano França

Coordenação Colegiada

Valquíria Lima

Indi Gouveia

Carla Blenda

MOVIMENTO LAUDATO SI'

contato@laudatosimovement.org

<https://laudatosimovement.org/pt/>

[Acesse as redes sociais do Movimento Laudato Si'](#) 

Conselho Assessor

Cardeal Luis Antonio Tagle, Filipinas

Cardeal John Ribat, Papua Nova Guiné

Cardeal Pedro Barreto, Peru

Cardeal Jean-Claude Hollerich, Luxemburgo

Diretoria

Lorna Gold | Diretora Executiva

Igor Bastos | Diretor para os países de Língua Portuguesa

Secretaria Brasileira

Eduardo Nischespois Scorsatto | Coordenador de Campanhas

Letícia Araújo | Assistente de Comunicação

Mayra Santos | Coordenadora de Programas



PUBLICAÇÃO:

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E CONFERÊNCIA DO CLIMA: QUAL O NOSSO PAPEL?

ORGANIZAÇÃO

*Eduardo Nischespois Scorsatto | Movimento Laudato Si'
Hugo de Lima | Cáritas Brasileira*

Autores e autoras

Antônia Botelho, Carla Magalhães, Carlos Humberto Campos, Cristina dos Anjos, Daniel Lins, Frei Rodrigo Péret, Igor Bastos, Ima Vieira, Ivo Poletto, Keila Marães Giffoni, Larissa Vieira, Luiz Marques, Marcela Vieira, Márcia Maria Oliveira, Mayra Santos, Paulo César Carbonari, Sarah Luciano, Vinícius Machado

Edição e revisão

*Danilo Borges | Cáritas Brasileira
Hugo de Lima | Cáritas Brasileira*

Projeto gráfico e diagramação

Mateus Leal

Esta publicação é uma coleção de artigos e roteiros para oficinas e rodas de diálogo realizada com apoio de vários autores e autoras. As opiniões destacadas nesses textos são de seus(suas) respectivos(as) autores(as) e não necessariamente das organizações realizadoras desta cartilha.



**Baixe a cartilha e conheça mais sobre
autores e autoras apontando sua câmera para o
QRCode acima ou [clique aqui](#)**



A Caritas Brasileira

Fundada em 12 de novembro de 1956, a Caritas Brasileira é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e dinamiza seu trabalho por meio de 198 entidades-membro filiadas a 13 secretariados regionais e 4 articulações. A sede da organização encontra-se em Brasília/DF.

Com ações em todas as regiões do país, a Caritas tem como missão “Testemunhar e anunciar o Evangelho de Jesus Cristo, defendendo e promovendo toda forma de vida e participando da construção solidária da sociedade do Bem Viver, sinal do Reino de Deus, junto com as pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social”.

A rede conta com um extenso conjunto de agentes que envolve tanto as atividades de equipes técnicas permanentes, quanto uma ampla participação voluntária, desenvolvendo projetos e ações de solidariedade para a superação da pobreza e de outras situações de desigualdade social.

Conheça mais sobre as nossas ações: www.caritas.org.br



O Movimento Laudato Si'

Fundado em janeiro de 2015 como Movimento Católico Global pelo Clima, atualmente chamado Movimento Laudato Si' é uma rede que reúne católicos e católicas do mundo todo para dar vida à carta encíclica Laudato Si': sobre o cuidado com a casa comum, do Papa Francisco.

O Movimento reúne uma ampla gama de organizações católicas e membros de base do mundo todo. Esses membros caminham juntos em sinodalidade e comunhão com a Igreja universal por um caminho de conversão ecológica.

Almejando a unidade na diversidade, as organizações membros e os membros de base se reúnem para rezar, colaborar e se mobilizar em resposta ao “grito da terra e o grito dos pobres”. Guiados por um espírito de subsidiariedade, quando o momento e o contexto forem adequados, juntos eles criam ou passam a integrar os Círculos e Capítulos locais, e se conectam com o movimento global em uma ampla gama de iniciativas para viver a Laudato Si'.

Conheça mais sobre as nossas ações: <https://laudatosimovement.org/pt/>



Mudanças Climáticas e Conferência do Clima: Qual o nosso papel?

SUMÁRIO

Apresentação.....	06
PARTE 01	07
Compreendendo a crise climática e a Conferência do Clima	
PARTE 02	24
Aprofundando as questões	
PARTE 03	60
Temas correlatos	
Referências bibliográficas.....	78
Registre sua atividade no Mapeamento.....	81
Outras leituras recomendadas.....	82



APRESENTAÇÃO

A Cáritas Brasileira e o Movimento Laudato Si', buscando profunda inspiração no legado do Papa Francisco e sua contribuição às reflexões e ações diante das mudanças climáticas e das políticas relacionadas à crise socioambiental, apresentam esta publicação, cujo tema central são as emergências climáticas nos termos da discussão que se dará na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), que será realizada em Belém (PA), Brasil, em novembro de 2025.

Esta publicação é uma contribuição conjunta das duas organizações, em articulação com movimentos, lideranças e comunidades da Igreja Católica, no caminho rumo à COP 30, e tem como objetivo ampliar as possibilidades de recursos que promovam o letramento climático da população brasileira de maneira a mobilizar e promover a formação crítica e a organização social. Para tanto, esse material foi concebido com caráter informativo e formativo, utilizando uma linguagem acessível, a fim de facilitar a comunicação e promover a inclusão de públicos historicamente marginalizados nos debates e decisões de escala global.

A cartilha inclui artigos, roteiros de oficinas e propostas de rodas de conversa, fomentando a construção coletiva do conhecimento e a educação popular.

Embora a COP 30 trate objetivamente de temas globais, compreendemos que o fato de ocorrer no Brasil representa uma oportunidade estratégica para que organizações sociais e eclesiais ampliem sua incidência sobre a pauta climática. Acreditamos que o enfrentamento à emergência climática exige mitigações, adaptações e, sobretudo, transformações baseadas nas diversas experiências de múltiplos setores da sociedade.

Diante disso, agradecemos às autoras e autores que, com generosidade e compromisso, contribuíram com esta publicação. Esperamos que a cartilha ofereça subsídios relevantes para o aprofundamento das temáticas abordadas e inspire ações colaborativas no campo socioambiental.

PARA QUEM SE DESTINA?

- Lideranças comunitárias, de movimentos eclesiais, pastorais e organismos da Igreja;
- Lideranças e organizações de juventudes;
- Lideranças de movimentos sociais populares;
- Lideranças de coletivos, associações e agremiações diversas com atuação local no campo socioambiental;
- Educadores/as populares, pastoralistas em âmbito da educação formal, monitores de ensino e professores.



PARTE 1

**COMPREENDENDO
A CRISE CLIMÁTICA
E A CONFERÊNCIA
DO CLIMA**

Mudanças climáticas: histórico, processo e política de sobrevivência

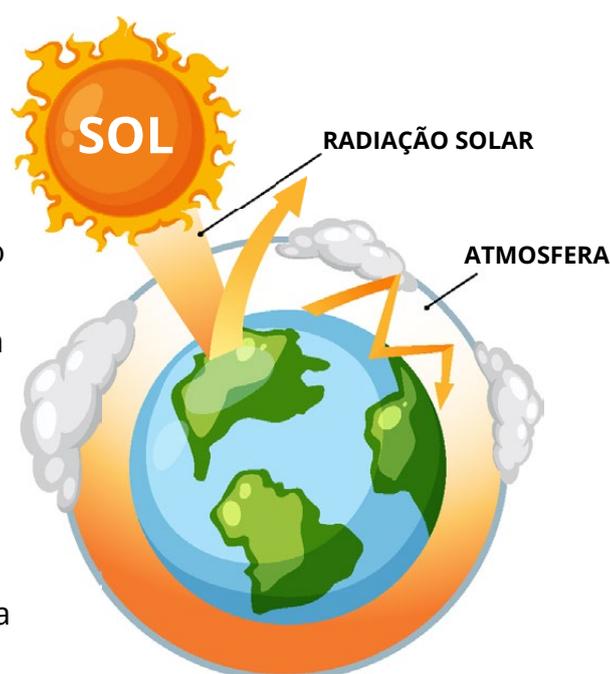
Luiz Marques

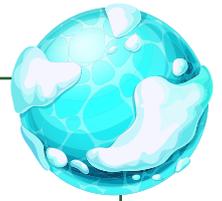
Mayra Santos

Ao longo dos últimos anos, muito tem se falado sobre as mudanças no clima que agravam nossa vida cotidiana, mas para compreender todo esse processo de mudança climática e saber o que de fato está acontecendo, é preciso lembrar conceitos e o histórico que nos levam à crise socioambiental atual.

De início devemos lembrar que o clima é o conjunto de condições de temperatura e ambiente em uma determinada região ao longo de muitos anos. Desse modo, as mudanças climáticas são alterações a longo prazo nesses padrões de temperatura e condições climáticas.

Desde o século XIX, sabemos que a temperatura do planeta é regulada, entre outros fatores, pela concentração de gases de efeito estufa (GEE). Os principais GEE na atmosfera são: o dióxido de carbono (CO_2), o metano (CH_4), o óxido nitroso (N_2O), o vapor de água (H_2O) e os diversos gases fluorados. Esses gases correspondem a apenas cerca de 1% dos gases que compõem a atmosfera (nitrogênio, oxigênio etc.), mas são essenciais à vida. Seu “efeito estufa” decorre de sua propriedade de absorver radiação infravermelha, ou seja, a fração da energia recebida do sol que a Terra reflete de volta para o espaço na forma de calor.





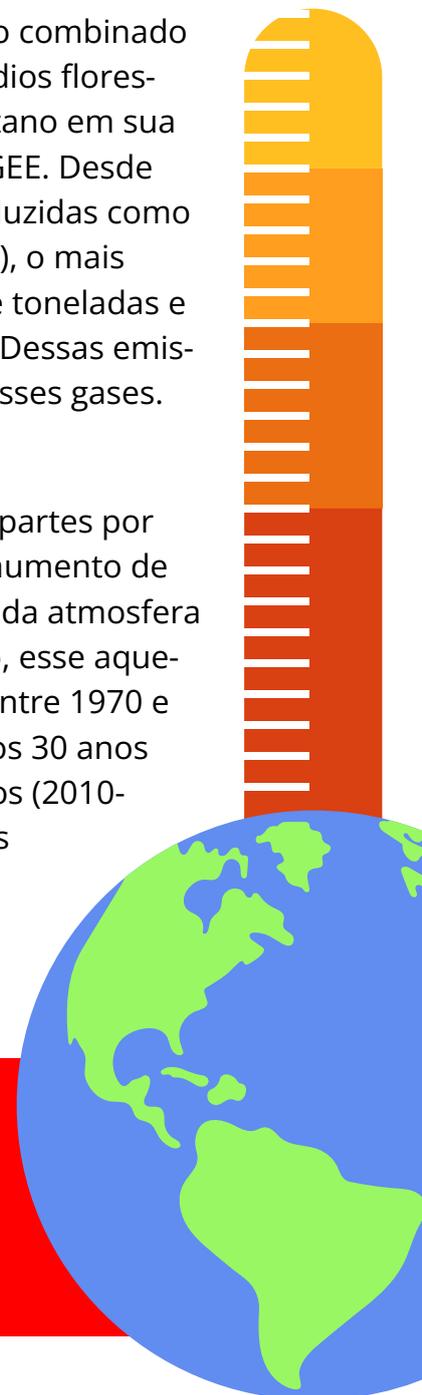
O efeito estufa ocorre naturalmente na atmosfera e tem uma função chave na manutenção de temperaturas atmosféricas, marítimas e sobre a superfície terrestre, compatíveis com as espécies que habitam o planeta. **Sem os gases de efeito estufa, a temperatura média da Terra seria 18°C negativos. Sob tal temperatura, não haveria água em estado líquido, condição para a existência de vida, tal como a conhecemos.** O problema não é, portanto, a existência de GEE, mas o excesso das concentrações atmosféricas desses gases.

Desde a Revolução Industrial, e sobretudo desde 1950, o aumento combinado da queima de combustíveis fósseis, do desmatamento, dos incêndios florestais e dos rebanhos de ruminantes (bois e vacas) que emitem metano em sua digestão vem implicando um enorme aumento das emissões de GEE. Desde 1850, as emissões antropogênicas globais, ou seja, emissões produzidas como resultado da ação do homem, apenas de dióxido de carbono (CO_2), o mais importante gás de efeito estufa, montam a mais de 2,4 trilhões de toneladas e quase metade dessa quantidade foi emitida nos últimos 35 anos. Dessas emissões crescentes resultam maiores concentrações atmosféricas desses gases. Essas são, hoje, as mais altas dos últimos três milhões de anos.

As concentrações atmosféricas de CO_2 passaram de cerca de 280 partes por milhão (ppm), em 1750, para 422 ppm, em 2024. Trata-se de um aumento de mais de 50%. Isso representa um choque na composição química da atmosfera e, portanto, um choque em sua capacidade de reter calor. De fato, esse aquecimento já é claramente constatado e, pior, ele está acelerando. Entre 1970 e 2024, o planeta aqueceu em média 0,19 °C por década; nos últimos 30 anos (1995-2024), ele aqueceu 0,24 °C por década; e nos últimos 15 anos (2010-2024), 0,36 °C por década, com um salto de 0,4 °C nos últimos dois anos. Foi necessário quase um século (1920-2015) para o aquecimento médio global atingir o patamar de 1 °C acima da média do período 1850-1900.



Mas em 10 anos (2015-2024), esse aquecimento saltou de 1 °C para 1,6 °C.

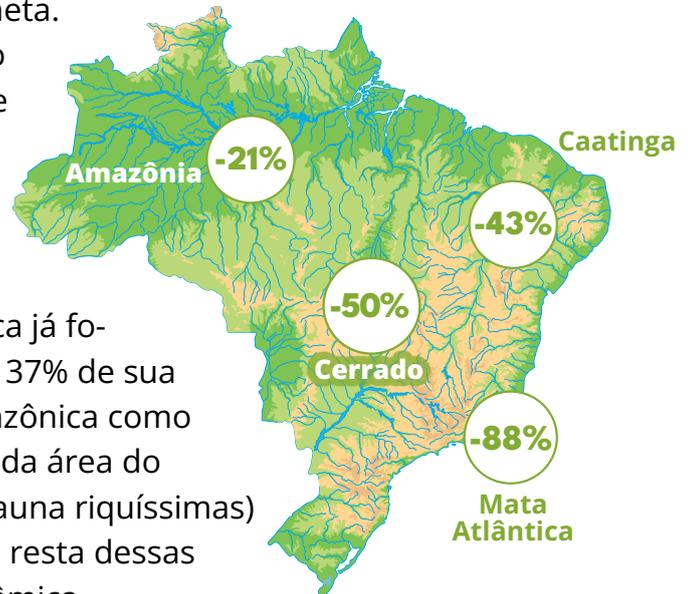


Mas como a nossa diversidade biológica é afetada?

O Brasil é um país extremamente vulnerável à emergência climática. Lar de uma riqueza biológica sem igual, em seu território situa-se a maior parte da maior floresta tropical do planeta.

Em 1500, a Mata Atlântica ocupava 1,3 milhão de km². Hoje, restam apenas cerca de 12% de sua área original. Já a destruição em escala industrial da Amazônia e do Cerrado começou mesmo a partir de 1970, com a abertura da Transamazônica. Desde 1970, extensões imensas da área original da floresta amazônica já foram destruídas sobretudo pelo agronegócio - 37% de sua parte leste e pelo menos 21% da floresta amazônica como um todo no território brasileiro. Mais de 50% da área do Cerrado e 43% da Caatinga (com sua flora e fauna riquíssimas) já não existem mais e boa parte do que ainda resta dessas florestas está degradada pela atividade econômica.

Destruição dos principais biomas brasileiros



Nossas florestas e demais mantas vegetais nativas são grandes fontes de estabilidade do clima, de água e de refrigeração da atmosfera. Assim, toda perda de espécies altera o funcionamento e o equilíbrio dos ecossistemas e agrava mais as condições.

Como nós somos afetados?

Mantido o ritmo atual de aquecimento, boa parte da região equatorial brasileira se tornará inabitável nas próximas décadas. O sudeste e o sul do país já sofrem e sofrerão cada vez mais, como bem mostram as **inundações em 2024 no Rio Grande do Sul, que vitimaram quase 2,4 milhões de pessoas**. E isso é só o começo. Os impactos na vida cotidiana estão cada vez mais severos em nossa saúde com a poluição de ar, surgimento de doenças e eventos climáticos extremos como enchentes, tempestades e estiagens, pressão sobre a saúde mental e ansiedade, na habitação com os deslocamentos forçados e aumento de migrantes climáticos, no cultivo de colheitas associadas a condições meteorológicas já estão aumentando os preços dos alimentos, por consequência aumento da fome e subnutrição. E, com isso, os mais afetados são os que menos poluem, as pessoas mais pobres, pessoas pretas e pardas, as mulheres, aqueles que estão em comunidades mais vulneráveis.



2,4 milhões de vítimas

E agora? Temos esperança? Temos caminhos!

Por isso, é imperativo mudar de trajetória. Temos que optar por uma agricultura não destrutiva, uma agricultura local e produtora de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos. O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e grande parte deles já são proibidos em outros territórios como a Europa. Sobretudo é preciso um esforço de consumir (muito) menos carne, inclusive porque 90% do desmatamento da Amazônia brasileira teve por causa primeira a abertura de pastagens.

Observamos nossa realidade e o que está ao nosso alcance como sociedade, como por exemplo criar mobilização, realizar campanhas em sua comunidade local, **apoiar ongs, separar lixo e ter parcerias com cooperativas que sobrevivem de reciclagem, promover momentos educativos, denunciar crimes ambientais, participar e divulgar cursos** que capacitem sobre o cuidado da casa comum (Exemplos: “Curso de Animadores Laudato Si”, “Boto fé no clima” e outros).



Além disso tudo, pressionar políticos e o poder público por políticas públicas em favor do meio ambiente, redução de agrotóxicos, maiores e efetivas punições para crimes ambientais, mudanças que efetivamente diminuam a perda de biodiversidade e emissão de gases poluentes e engajar-se na luta por uma transição energética justa e justiça climática. Há muito a se fazer, mas o primeiro passo é tomar consciência da gravidade da situação e para tanto temos que aumentar nossa capacidade de comunicação com a sociedade.





ORIENTAÇÕES PARA RODAS DE CONVERSA E OFICINA

AMBIENTE:

- Organizar de forma circular e preparar o ambiente com alguns elementos da natureza como terra, sementes, água, flores ou frutos.
- Separar imagens que revelem problemas ambientais como enchentes, desmatamento, poluição, perda de espécies, migrantes climáticos e etc.
- Separar imagens de ações pelo meio ambiente como pessoas em mobilização pela justiça climática, campanhas, reciclagem de lixo, educação ambiental, agroecologia, biomas preservados e etc.



Acolhida:

Desejar boas-vindas e convidar os(as) participantes a olhar o ambiente e se aproximar dos símbolos e imagens, observando o que chama atenção, enquanto toca a canção “Xote Ecológico”, de Luiz Gonzaga.

Ao retornar ao seu lugar cada um(a) se apresentará e falará, de forma breve, podendo ser apenas uma palavra, o que chamou atenção nos símbolos e imagens.



Apresentação do tema:

A facilitação deve fazer uma breve exposição a partir do texto-base do tema. Em seguida, expõe títulos de manchetes de jornais sobre mudanças climáticas, com o objetivo de provocar o debate em grupo. Cada manchete pode ser lida por um(a) participante, provocando a interação. Manchetes abaixo:

- 1 **876 mil pessoas** foram diretamente atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul (Fonte: Agência Gov)
- 2 **Brasil fecha 2024 com aumento de 46% nos incêndios e bate recorde dos últimos 10 anos:** Dados do Programa Queimadas do Inpe registraram 278,3 mil focos de fogo no ano passado e a Amazônia foi o bioma mais atingido (Fonte: Exame)
- 3 Monitoramento mostra que **99% dos incêndios são por ação humana** (Fonte: Agência Gov)
- 4 **Chuva de agrotóxicos:** organizações denunciam à ONU violência contra comunidades rurais no Maranhão (Fonte: Instituto Sociedade, População e Natureza)
- 5 Mais de **90% do desmatamento da Amazônia** é para abertura de pastagem, diz MapBiomas (Fonte: G1)
- 6 **Injustiça climática:** mais pobres sofrem mais e são mais ameaçados por extremos do clima (Fonte: Climainfo)
- 7 Mudanças climáticas podem levar à **perda de espécies** em mais de 90% das comunidades de mamíferos da Caatinga (Fonte: Agência FAPESP)
- 8 **Brumadinho:** seis anos após tragédia, metais tóxicos e transtornos mentais ainda afetam moradores (Fonte: Exame)
- 9 IPCC: **ações urgentes contra mudanças climáticas** ainda podem garantir 'futuro habitável' na Terra (Fonte: G1)
- 10 **Brasil tem importante papel na redução das mudanças climáticas** (fonte: Agência Brasil)



Debate:

Após todo momento de explanação e uso das manchetes, convide os participantes a formarem pequenos grupos para discutir as seguintes perguntas:

- Quais os sentimentos que temos ao falar sobre o tema?
- Quais as evidências das mudanças climáticas?
- Quais os desafios socioambientais afetam a sua região?
- O que podemos e precisamos fazer para combater as mudanças climáticas?

Para cada grupo distribua cartolinas e canetas/lápis de cor para que possam apresentar de forma criativa as respostas - com cartazes criativos, desenho, uma mini peça de teatro ou outros.



Compromisso:

A partir do que foi apresentado pelos grupos, todos, em conjunto, podem eleger compromissos para combater as mudanças climáticas e mitigar os seus efeitos com ações ligadas à região. Sugestão de compromissos:

- Identificar e apoiar alguma causa socioambiental que sua comunidade vem enfrentando e pressione as autoridades políticas de sua cidade para que tomem medidas para essa causa em favor do meio ambiente e dos mais vulneráveis.
- Elaborar um planejamento de redução de consumo que pode incluir o uso de luz de led, redução do uso de aquecimento ou ar-condicionado, manter as luzes apagadas em espaços não utilizados, redução do consumo de água, redução de consumo de carne etc.
- Plantio de árvores nativas nas áreas que foram abandonadas, desmatadas ou desapareceram devido a um incêndio e mutirão de limpeza de áreas verdes, limpeza de resíduos de áreas públicas.
- Promover palestras e momentos de educação ambiental para públicos-alvo. Participe do Curso de Animadores Laudato Si'.

O que é a conferência das nações unidas sobre mudança do clima (COP)?

*Keila Marães Giffoni
Sarah Luciano*



A Conferência das Partes (COP) sobre Mudança do Clima é o órgão máximo de tomada de decisões sobre questões climáticas a nível global no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês)¹¹. Sua origem tem como marco a Conferência Rio 92 também conhecida como “Cúpula da Terra”¹² e entrou em vigor em 1994. Desde 1995, reúne anualmente todos os Estados Partes¹³ com a finalidade de tomar as decisões referente a implementação do que estabelece a Convenção, como as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, sigla em inglês)¹⁴, ou seja, dos compromissos das nações em vista à redução de gases que aumentam o aquecimento global, e conseqüentemente o risco e a ocorrência de catástrofes, desastres e eventos climáticos extremos, como secas, chuvas intensas, dentre outras. As decisões devem ser coletivas, consensuais e unânimes pelos países signatários com seus efeitos vinculantes para todos.

11 Sigla em inglês da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

12 A Cúpula da Terra foi realizada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião também foram adotadas a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), e a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. Ressalta-se que as três Convenções estão estritamente ligadas.

13 Atualmente 198 países, entre eles a Santa Sé, fazem parte como membro da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

14 As NDC's estão no centro do Acordo de Paris, que no Artigo 4, parágrafo 2, exige que cada Parte prepare, comunique e mantenha contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) sucessivas, geralmente materializadas dentro dos planos nacionais de adaptação e mitigação, a partir de suas realidades e especificidades. Mais informações em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/nationally-determined-contributions-ndcs>.

Estrutura e funcionamento da COP Clima

A estrutura oficial coordenada pelo Secretariado da UNFCCC se divide em Zona Azul e Zona Verde. O que basicamente determina as formas e possibilidades de participação oficial na COP sobre Mudança do Clima.



A Zona Azul é o espaço onde as negociações oficiais ocorrem entre as delegações dos países signatários da Convenção Quadro. Assim como os painéis de discussões, sessões plenárias, reuniões ministeriais e grupos de trabalho, palestras e eventos temáticos durante duas semanas da conferência. Trata-se de uma área estritamente controlada e acessível apenas para delegações oficiais, observadores e meios de comunicação, todos devidamente credenciados.

A participação na Zona Azul se divide em três categorias, a saber:

1. Representantes das Partes (Países) e Estados Observadores, cuja credencial é identificada pela cor rosa;



2. Representantes de Organizações Observadoras¹⁵, cujas credenciais são identificadas de acordo com a classificação da organização;



3. Membros da imprensa e meios de comunicação, cuja credencial é na cor laranja.



A cor da credencial identifica os tipos de acesso (Manual do Observador para a COP 28, p. 6-7). Embora as Organizações da Sociedade Civil Observadoras não tenham a mesma força que o Estado Parte, elas desempenham o papel de influenciar, monitorar e observar os compromissos assumidos pelas Partes.

15 A categoria Observadores se classificam em três tipos: 1) Organizações das Nações Unidas e Agências Especializadas, cuja credencial é azul; 2) Organizações Intergovernamentais (OIG), cuja credencial é verde; 3) Organizações Não Governamentais (ONG), cuja credencial é amarela, e possui nove grupos principais: 1) Empresas e Indústria (BINGO); 2) ONG ambientais (ONGA); 3) Agricultores; 4) Organizações de Povos Indígenas (IPO); 5) Governo local e autoridades municipais (LGMA); 6) Investigação e ONG independentes (RINGO); 7) ONG Sindicais (TUNGO); 8) Organização de Mulheres e Gênero (WGC); 9) Organização infanto-juvenil (YOUNGO).



A Zona Verde é um espaço gerido pela Presidência da COP e disponibilizado para a Sociedade Civil. Oferece uma plataforma para delegados não credenciados, como movimentos e grupos de juventudes, mulheres, povos e comunidades tradicionais, organizações da Sociedade civil, setores privados, dentre outros que queiram promover eventos e diálogos sobre a ação climática. Pode-se dizer ainda que é onde ações e atividades relacionadas à mudança climática são destacadas de forma mais ampla. Incluir espaços para painéis de discussão, workshops, exposições e eventos culturais.

A depender do país anfitrião, poderá ter **espaços autônomos**, geralmente organizados por organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares, a exemplo da **Cúpula dos Povos**¹⁶.

Principais Marcos Históricos e as últimas COPs

Enquanto marco histórico é relevante destacar que a primeira **Conferência das Partes sobre Mudança do Clima (COP 1)** foi realizada em Berlim, Alemanha, entre março e abril de 1995. Nela pode-se dizer que foi dado início às tratativas para o **Protocolo de Kyoto**¹⁷, o qual foi adotado na **COP 3**.



Ademais, nesse percurso cabe fazer breve memória da **COP 21** realizada no ano 2015 em Paris, França, tendo como principal resultado o **Acordo de Paris**¹⁸, o qual determina a obrigação para todos os países no enfrentamento às mudanças climáticas e estabelece a meta de manter o aquecimento global dentro do limite de 1,5 °C em relação aos níveis pré-industriais.



16 A Cúpula dos Povos é um espaço autônomo que reúne diversas organizações sociais, ambientais e populares do Brasil e de outros países numa construção coletiva de luta por justiça climática. Mais informações em: <https://cupuladospovoscop30.org/>

17 O Protocolo de Kyoto foi adotado na COP 3, realizada em 1997 na cidade de Kyoto, Japão. Contudo, entrou em vigor somente em 2005. Trata-se do primeiro acordo internacional que estabelece metas de redução para gases do efeito estufa para os países considerados desenvolvidos. Mais informações em: https://unfccc.int/kyoto_protocol.

18 O Acordo de Paris se constitui no tratado internacional juridicamente vinculativo sobre mudança do clima, sendo um dos mais importantes no âmbito da UNFCCC. Estabelece as metas e compromissos de redução dos Gases de Efeito Estufa. No Artigo 6 trata do Mercado de Carbono. Bem como estabelece metas para o financiamento climático. Mais informações em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement>.

Destaca-se ainda às duas últimas COPs realizadas, tendo como principais anúncios à instalação do Fundo de Perdas e Danos na COP 28 realizada em 2023 e o estabelecimento de uma nova meta global de financiamento climático estimada em US\$ 300 bilhões de dólares por ano até 2035 com o objetivo de apoiar ações de enfrentamento à crise climática e seus efeitos, anunciada na COP 29 realizada em 2024. Contudo, não se avançou como esperado, ficando para a COP 30 a missão e grande responsabilidade de resultados mais significativos e compromissos mais radicais pelas Partes em relação a esses temas e outros que são centrais para o enfrentamento da crise climática.

Principais Temas e Perspectivas para a COP 30

Em novembro de 2025 ocorrerá a 30ª Conferência das Partes sobre Mudança do Clima, a COP 30, que terá como sede a cidade de Belém do Pará, Amazônia Brasileira. Dos principais temas que deverão estar no centro dos debates, os principais são:

Adaptação e Resiliência

Mitigação

Perdas e Danos

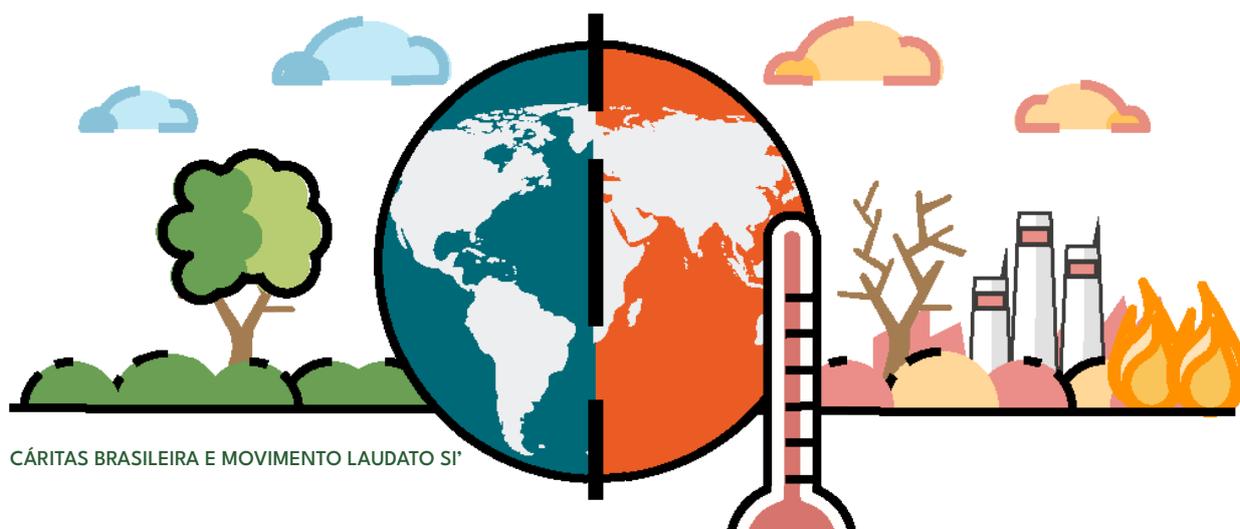
Financiamento Climático

Transição Energética

Balanco Global e as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)

Sistemas Alimentares

Além desses, fazem parte do debate outros temas considerados transversais, como as cidades, gênero, deslocamentos forçados, transporte, saúde etc. Em relação às expectativas para a COP 30 esperam-se avançar nas questões relacionadas ao financiamento climático, funcionamento do fundo de perdas e danos, e no compromisso dos países em abandonar o uso dos combustíveis fósseis a fim de promover uma transição energética justa, com metas mais ambiciosas refletidas nas NDCs.



Histórico de incidência da Igreja Católica na Agenda Climática Global

No itinerário da agenda climática global, a Igreja Católica, historicamente, tem se posicionado firmemente sobre as questões climáticas numa perspectiva de justiça social e climática. Destaca-se abaixo os principais marcos e as principais iniciativas como a elaboração de documentos e a realização de eventos no sentido de sensibilizar, subsidiar e influenciar nos processos de tomada de decisão, bem como a participação ativa nas Conferências Climáticas, desde 1992.



1992

A Santa Sé participou da Rio-92, Conferência que deu origem à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, com uma delegação de 14 pessoas chefiada pelo cardeal italiano Angelo Sodano (1927-2022).



2015

Destaca-se o lançamento da carta encíclica Laudato Si' - sobre o cuidado com a casa comum, às vésperas da COP 21 que teve como principal resultado o Acordo de Paris. Destaca-se também a Declaração Fé no Clima assinada por 12 comunidades religiosas com a finalidade de influenciar nas decisões da COP 21;



2021

Destaca-se a Declaração conjunta por ação climática às vésperas da COP 26 em conjunto com líderes da Igreja Ortodoxa Oriental e da Comunhão Anglicana por sustentabilidade e responsabilidade social, enfatizando a urgência por cooperação global para enfrentar a pobreza e consequentemente a crise climática. Bem como o encontro Fé e Ciência: rumo à COP 26 e a participação da delegação do Vaticano na COP 26 desde a negociação na Zona Azul às ações com lideranças comunitárias e apoio a grupos do Malawi, Zâmbia e Colômbia;

2022

Dia 04 de outubro, a Santa Sé, em nome e por conta do Estado da Cidade do Vaticano, aderiu à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e ao Acordo de Paris. Na ocasião, a Santa Sé chama atenção para a importância de consolidar esforços multilaterais em favor da ecologia integral.

2023

Destaca-se o lançamento da Exortação Apostólica *Laudate Deum* a “todas as pessoas de boa vontade” onde o Papa Francisco faz um apelo para a devida atenção à “crise climática”. Destacam-se se ainda a realização da Cúpula das Religiões e o lançamento do Pavilhão da Fé na COP 28¹⁹;

2024

Destaca-se a segunda edição do Pavilhão da Fé na COP 29, espaço onde foram realizados debates entre organizações religiosas como a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Solidariedade (CIDSE)²⁰, a Red de Fé por La Justicia Climática e o Tapiri Ecumênico Inter Religioso numa perspectiva de pautar concepções morais e éticas nas discussões e decisões sobre as metas e políticas climáticas globais.

2025

Destaca-se a “Articulação Igreja rumo à COP 30” uma grande rede de organizações católicas articuladas em preparação e com ações multiníveis (do local ao global) com vista à incidência e participação na COP 30.

19 Disponível em: <https://www.vaticannews.va/en/world/news/2023-11/global-faith-leaders-call-for-urgent-action-on-climate-change.html>

20 Sigla em inglês. Reúne organizações católicas de justiça social com sede em Bruxelas. Mais informações em: <https://www.cidse.org/>.

A importância do Engajamento da Sociedade Civil nas COPs

A intensificação e aumento da frequência dos eventos climáticos extremos em várias partes do planeta sinalizam a urgência da implantação e implementação de políticas públicas de enfrentamento às mudanças climáticas. Apesar dos desastres serem uma realidade que nos últimos anos tem ceifado cada vez mais vidas, gerado acidentes e prejuízos materiais, as respostas governamentais têm sido lentas. Essa letargia do poder público, em parte, se explica pela não apropriação da sociedade civil de maneira geral da pauta climática.

O desconhecimento e o não entendimento do clima como um reflexo de outros problemas socioambientais e econômicos, por vezes “passa” a impressão da pauta climática como um tema não prioritário e urgente em comparação com outros, como: a fome, o desemprego e a desigualdade social. Um grande equívoco, uma vez que as questões climáticas influenciam nestes e em muitos outros problemas aos quais atravessamos enquanto sociedade. Neste mesmo sentido, uma sociedade civil engajada não só nas COPs, mas nas demais instâncias de decisão existentes é de fundamental importância, pois aumenta o poder de pressão social e a capacidade de força que a pauta ganha.

O país que hospeda uma COP tem a oportunidade de tornar a conferência e os assuntos discutidos nela mais próximos às pessoas e suas realidades.





ORIENTAÇÕES PARA RODAS DE CONVERSA E OFICINA

1. Jogo – Tudo sobre a COP

**Público:**

Crianças, jovens, adultos.

**Materiais:**

Cartões de perguntas e os textos *Laudato Si* e *Laudate Deum*.

**Tempo:**

2 encontros

**Desenvolvimento da atividade:**

- 1 No primeiro encontro, reúna o grupo em questão e introduza o tema das mudanças climáticas e da COP: nesta fala inicial traga exemplos de efeitos das mudanças e pergunte aos participantes: quais eles vivenciam ou já vivenciaram, pergunte-os se eles acham que esses eventos são naturais ou causados pela humanidade, se eles já ouviram falar da COP, se eles acham que estas preocupações com as questões ambientais devem ser faladas na igreja e se sim, o que se pode fazer. Como tarefa para o próximo encontro, peça-os que pesquisem sobre: o que é uma COP? Qual o funcionamento de uma COP? Quais temas são discutidos na COP? Os movimentos religiosos estão presentes na COP? O que são a *Laudato Si'* e a *Laudate Deum* e o que elas dizem?

- 2 Anteriormente ao encontro seguinte, prepare cartões com perguntas sobre os temas que você os indicou a pesquisarem no encontro anterior. Você pode escolher entre fazer perguntas diretas ou perguntas com alternativas de resposta (Alguns exemplos de perguntas: Onde será a próxima COP? Quais temas são discutidos na COP? Quais são as zonas dentro do espaço da COP? O que a Laudato Si' nos incentiva?).
- 3 Durante o encontro, dependendo do número de participantes, você poderá escolher que o jogo seja disputado de forma individual ou em times. Compute os acertos e erros e defina o/a participante ou grupo participante vencedor.
- 4 Após a realização do jogo, realize um momento de roda de conversa com o grupo, reforce os motivos pelos quais a pauta climática é importante e como as mudanças climáticas afetam a vida da comunidade. Reforce também os ensinamentos que o Papa Francisco apresenta na Laudato Si' e Laudate Deum. Escute o grupo e estimule que eles sugiram ideias de como trazer o tema para dentro da comunidade.



PARTE 2

**APROFUNDANDO
AS QUESTÕES**

Perdas e danos

Cristina dos Anjos

Ivo Poletto

Frente à multiplicação de todo tipo de eventos climáticos extremos, que provam mais do que qualquer palavra que as mudanças climáticas já fazem parte da história da humanidade e da Terra, precisamos enfrentar essa pergunta:

Quem ganha e quem perde com as mudanças climáticas?

De acordo com o Centro de Monitoramento de Deslocamentos Internos (IDMC), em 2020, 30,7 milhões de novos deslocamentos foram causados por catástrofes em 145 países e territórios. O Banco Mundial assegura que a mudança climática expulsará 140 milhões de pessoas de suas casas nos próximos 30 anos. No Brasil, um relatório do Banco Mundial, de maio de 2023, alertou que os choques climáticos poderão levar cerca de 800 mil a 3 milhões de brasileiros para a pobreza extrema até 2030.

Mas é necessário olhar para além da espécie humana. Há muitas espécies de seres vivos. A Terra é ser vivo. Nós a chamamos Mãe Terra porque todas as formas de vida que conhecemos nascem dela, e dependem de sua vida para se manterem com vida.

140
milhões

de pessoas serão expulsas de suas casas nos próximos 30 anos por causa das mudanças climáticas



Tendo essa visão da realidade, alguém poderia ter dúvida de que o ser vivo que mais perdeu e continua perdendo é a própria Terra? Quando a gente reconhece que tempos mais longos de seca, por exemplo, causam grandes danos, e até morte, às pessoas e outros seres que vivem nessas regiões, muitas vezes esquecemos do sofrimento causado à Terra por tudo que fez as secas serem mais prolongadas: o desmatamento, com morte de árvores, de toda a vegetação que cobria o solo, dos bilhões de seres vivos microscópicos que viviam e mantinham vivo e fértil o solo, dos animais, pássaros e todo tipo de insetos. E mais, esquecemos da morte causada às nascentes de água, córregos e rios que existiam

naquela floresta. Esquecemos, ainda, que a diminuição das chuvas tem uma de suas causas no desmatamento, já que cada árvore, e mais ainda quando muitas formam florestas, são bombas geradoras de umidade, nuvens e chuvas. Por fim, esquecemos que as raízes das árvores mantinham o solo aberto para facilitar a penetração da água das chuvas que mantém cheios os aquíferos, esses grandes depósitos subterrâneos que garantem a vida dos rios e de tudo que depende deles.



É isso: imensas áreas vivas e fontes de vida vão sendo agredidas com práticas que provocam processos de desertificação. E quando somamos a elas a elevação do nível das águas dos mares por causa do derretimento dos gelos dos pólos, aumenta a quantidade de territórios em que os seres humanos e muitos animais já não conseguem viver. E como eles têm direito à vida, e vida de qualidade, migram para outros territórios no seu ou em outros continentes.

A conexão entre migração, fenômenos socioambientais e pobreza torna-se cada vez mais evidente, assim como o vínculo entre mudanças climáticas e desigualdades sociais. A encíclica *Laudato Si'* nos chama à atenção para a relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta, o valor próprio de cada criatura, o sentido humano da ecologia, a convicção de que tudo está estreitamente interligado.



E qual a resposta à pergunta “quem ganha”?

É engano achar que todas as pessoas perdem com as mudanças climáticas. Para começar quase pelo fim dessa história, há empresas de todo tipo que ganham muito quando casas, prédios, ruas e estradas são destruídas pela violência de enxurradas, ventanias; também quando há precisão de retirar do leito dos rios tudo que foi jogado aí principalmente com enchentes que carregam terra das margens sem sua floresta ciliar, casas demolidas, lixos e até venenos usados em grandes monoculturas. Por isso, a reconstrução dos estragos dos desastres socioambientais é, ao mesmo tempo, reconhecimento dos direitos das pessoas atingidas, e oportunidades de negócios para as empresas. E isso quando não se torna também chance de desvios de recursos públicos e práticas de corrupção.

Como se sabe que o agravamento das mudanças climáticas se deve à continuidade e aumento do uso de fontes fósseis de energia – carvão, petróleo e gás –, ganharam e ganham muito as empresas que mantêm esse tipo de indústria e de negócio, e o fazem usando tudo que podem para impedir que se avance rapidamente na direção de não se precisar mais delas. É obra dessas empresas, por exemplo, o uso de bilhões de dólares para manter as *fake news* de que não haveria aquecimento do Planeta nem mudanças climáticas... Até essa promoção do negacionismo é um negócio, com ganhos especialmente das grandes empresas de mídia e dos governos corrompidos, que continuam destinando muitos dólares à indústria petroleira. Finalmente, ganham também os mais safados, já que se apresentam como se não tivessem nada a ver com tudo isso, os donos, administradores e acionistas das empresas de capital financeiro globalizadas.

Propostas à COP 30

Sabendo que, junto com a Mãe Terra,

- **perdem tudo ou quase tudo os pobres que já estavam nos lugares que sobraram ou que ocuparam para sobreviver, e eram espaços em que os eventos extremos das mudanças climáticas provaram que não deviam estar;**
- **perdem os que viviam em ilhas, áreas baixas e cidades inteiras ou bairros cobertas por águas dos mares e são obrigadas a migrar;**
- **perdem de modo mais radical as pessoas marcadas por preconceitos e práticas racistas, patriarcais e de gênero conectadas ao colonialismo ainda imperante...**

SUGERIMOS À ORGANIZAÇÃO DA COP 30:



- que não aceite a presença de representantes e lobistas das empresas que têm interesses econômicos ligados a práticas que mantém e agravam as mudanças climáticas num fórum reunido para enfrentar com toda rapidez possível o que causa e agrava o colapso climático que afeta toda a Terra, como deve ser a COP;



- aceite a proposta dos Povos Indígenas do Brasil de abrir espaço pleno de participação a seus representantes e de nomear um/a indígena para a vice-presidência da COP 30;



- por serem exemplos de preservação e por terem preservado a maior parte das áreas que ajudam a Terra a manter-se em relativo equilíbrio, que a COP determine que todos os territórios dos Povos Indígenas do Brasil e do Mundo sejam reconhecidos como direito coletivo e inalienável de cada Povo;



- que a humanidade se livre nos próximos dez anos do uso das fontes fósseis de energia;



- que se faça todo o possível para evitar a perda de ilhas e territórios continentais e para implementar a sua recuperação quando afetados por eventos extremos, e que essas iniciativas signifiquem oportunidade de trabalho e renda para quem foi afetado;



- que seja criado um Fundo Mundial, constituído pela cobrança de 10% imediata sobre a riqueza concentrada em mãos, contas e paraísos fiscais dos bilionários e trilionários em dólar, e mantido com a contribuição de 3% sobre o crescimento anual dessa riqueza...



ORIENTAÇÕES PARA RODAS DE CONVERSA E OFICINA



Número de participantes:

20/30 pessoas



Tempo:

1h e 30'



Material:

Imagens de inundações, estiagem, desmatamento, queimadas, matas preservadas, rios, florestas; pessoas migrantes em deslocamento, papel craft, pinceis atômicos, lápis de cor, lápis de cera...



Ambiente:

As cadeiras dispostas em círculo, tendo no centro da sala, imagens e objetos que refletem a preservação ou destruição do ambiente; pessoas em deslocamento; impacto das mudanças climáticas.



Acolhida:

A coordenação da Roda de conversa se apresenta, dá as boas-vindas a todas as pessoas presentes, entrega referências de texto que serão usadas, recordando o objetivo da Roda de Conversa:

- Refletir sobre as mudanças climáticas, seu impacto na vida das pessoas e da terra;
- Indicar possíveis ações para visibilizar essa realidade e para construir alternativas de enfrentamento dessa realidade.



Metodologia:

1. **Momento** – Apresentação das pessoas participantes - A coordenação convida às pessoas a irem até o centro da sala e escolher uma fotografia ou objeto que chamou sua atenção;
2. **Momento** – Cada pessoa se apresenta, diz o nome, comunidade/pastoral ou Movimento do qual participa e explica por que escolheu aquela foto ou objeto;
3. **Momento** – Duas pessoas escolhidas anteriormente, leem pausadamente o texto: “Perdas e Danos”.
4. **Momento de reflexão** – (alguém da coordenação se prepara para animar esse momento de reflexão ou convidar alguém especialista no tema para apoiar o diálogo).
5. **Canto** - Xote ecológico



Diálogo:

Em pequenos grupos ou em um único círculo, dependendo do número de participantes.

- O que chamou a minha atenção no texto?
 - No meu cotidiano eu consigo ouvir o clamor da terra e das pessoas? Como?
 - O que podemos fazer? Até 2 propostas.
 - O grupo/s é convidado a preparar a apresentação de maneira criativa (desenho, teatro, música, poema etc.)
6. **Apresentações dos Grupos:** a coordenação toma nota das propostas e anima o diálogo para possíveis encaminhamentos.
 7. **Encerramento** - Leitura conjunta de um poema ou oração. (sugestões em anexo)

O que é a mitigação e a serviço de quem ela está?

Antônia Botelho
Márcia Maria de Oliveira



Os dicionários definem mitigação como “ação, processo de mitigar; aliviar”. Trata-se de um termo muito utilizado nos discursos dos líderes mundiais quando se pronunciam a respeito da crise climática. Buscam alternativas de minimizar os danos climáticos causados pelo acelerado modo de produção capitalista que não respeita os limites da natureza. Os países que mais poluem o planeta e mais contribuem para as emissões de gases de efeito estufa têm buscado investir em fundos internacionais que patrocinam projetos para aliviar os efeitos da poluição e da destruição da nossa Casa Comum.

No Brasil o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) é um instrumento da Política Nacional que “financia projetos, estudos e empreendimentos que visem à redução de emissões de gases de efeito estufa e à adaptação aos efeitos da mudança do clima”. Foi criado pela Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, e tem sua regulamentação definida pelo Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018, alterado pelo Decreto nº 11.549, de 05 de junho de 2023.



Para o FNMC, a mitigação representa toda e qualquer “intervenção humana para reduzir as emissões por fontes de gases de efeito estufa e fortalecer as remoções por sumidouros de carbono, tais como florestas e oceanos”. Desde 2009, muitos projetos financiados pelo Fundo têm sido implantados em regiões estratégicas como a Floresta Amazônica. Em teoria, os investimentos deveriam ampliar a floresta e sua capacidade de sequestro de carbono. Porém, o que vem acontecendo é exatamente o contrário.



Nos últimos dez anos, as florestas do Brasil têm sofrido ataques sistemáticos com exploração indiscriminada de madeira, queimadas criminosas e todo tipo de destruição.

No lugar das florestas avançam os empreendimentos do agronegócio com seus imensos monocultivos de soja e capim para a criação de gado, que por sua vez, produzem enorme quantidade de gases de efeito estufa. As queimadas batem recorde a cada ano e há imensas regiões de antigas florestas transformadas em semidesertos.

A mitigação está atrelada ao modelo desenvolvimentista e neocolonialista que mantêm uma relação utilitarista dos territórios. Para os grupos econômicos e governos aliados do desenvolvimentismo vale tudo para tirar o maior lucro possível de cada bioma e de modo especial da floresta, mesmo que isso implique em crimes ambientais, utilização de trabalho análogo ao escravo e desmatamento desmedido com queimadas indiscriminadas para dar lugar a grandes empreendimentos econômicos privados.

É possível aprender com os Povos Indígenas?

O ataque às florestas atinge diretamente os Povos Indígenas que são os grandes responsáveis pela manutenção e proteção das florestas. As áreas mais preservadas e protegidas do Brasil ficam em Terras Indígenas. Diferentemente do que alguns grupos apregoam como mitigação ambiental, os povos indígenas e as comunidades tradicionais possuem uma relação de convivência, de respeito e de



cuidado com a floresta e com os biomas. Há mais de quinhentos anos os Povos Indígenas enfrentam todo tipo de ataque e ameaças por causa do seu modo de vida que se contrapõe ao modo capitalista. Eles resistem com seu modo de vida baseado no Bem Viver.

Muito diferente do Bem Viver que implica em cuidado, responsabilidade e justiça socioambiental, o modelo desenvolvimentista capitalista quer justificar a destruição que dá lugar ao lucro com alguns apoios estratégicos por meio de créditos voltados especialmente para os povos da floresta em troca do incentivo da expansão agropecuária, da mineração em grande escala e do garimpo ilegal. Tudo em nome do lucro.

Esses apoios estratégicos são definidos na linguagem capitalista por mitigação. Há décadas que empresas nacionais e internacionais, governos e instituições privadas sugerem a mitigação ambiental como forma de legitimação da continuação do modelo de produção com altos níveis de poluição. É como se ao investir algum recurso econômico favorecendo grupos sociais que vivem e convivem com o bioma sem destruí-lo, os grandes empresários e governos se sentissem autorizados a continuar com o mesmo ritmo de destruição. Afinal, estão pagando por isso.

Os investidores dos “fundos climáticos” não querem aprender com os povos indígenas nem com as comunidades tradicionais sobre o cuidado da Casa Comum. Não lhes interessam os princípios do Bem Viver. Pelo contrário. Querem isolar esses povos como sinônimo de atraso econômico e em nome do progresso capitalista, continuar garantindo lucros exorbitantes. A mitigação de impactos ambientais não provoca mudanças no modo de vida capitalista. Em oposição, é uma forma de garantir que o desenvolvimentismo ganhe cada vez mais força e maior alcance planetário, mesmo que isso implique em total destruição de regiões economicamente estratégicas.

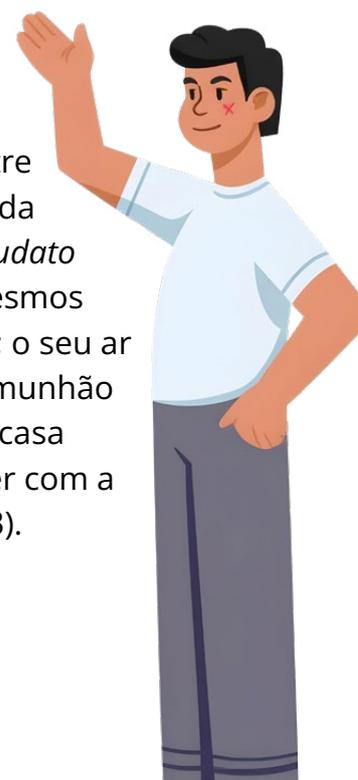


A mitigação como subvenção ou subordinação

A mitigação é uma estratégia neocolonialista. Com ela, os grandes interesses econômicos se sentem protegidos das críticas e dos questionamentos aos seus mecanismos de desenvolvimento. Assim, se investem algumas migalhas para remediar os impactos ambientais de suas empresas, a exemplo do que ocorreu em Mariana e Brumadinho. Ao investir nos fundos climáticos, governos e empresários bilionários, acreditam que já realizaram a sua parte e podem continuar com as mesmas metodologias de produção sem levar em consideração as transformações necessárias para evitar a contaminação das águas, a destruição de mananciais, a poluição do ar, o envenenamento dos alimentos, as queimadas das florestas, do cerrado e do Pantanal para abertura de novos empreendimentos econômicos com alta lucratividade.

Muitos governos apoiam a mitigação de impactos ambientais com legislações específicas, com medidas capazes de prevenir ocorrências de eventos graves e efeitos que impactam o meio ambiente. Mas, isso só não é suficiente. É necessário intervir com políticas ambientais capazes de garantir a continuidade da convivência dos povos indígenas e comunidades tradicionais com seu modo de vida orientado pelo Bem Viver. Ao mesmo tempo, é necessário interferir de forma objetiva no modelo desenvolvimentista que se sente autorizado a destruir porque investe uma parte mínima dos seus lucros em projetos isolados que não são capazes de promover a mudança necessária para impedir o grande colapso planetário que bate à nossa porta.

Dessa forma, se conclui que a mitigação dos impactos ambientais não contribui em nada para a conversão ecológica porque não favorece o reconhecimento e a responsabilização de governos e grupos econômicos que querem continuar lucrando com as mudanças climáticas. Por outro lado, a vida dos povos indígenas e das comunidades tradicionais representa um exemplo vivo de convivência, inter-relação e interdependência entre as pessoas e a natureza na perspectiva da ecologia integral em que toda a criação se mistura com a terra. Na parte introdutória da encíclica *Laudato Sí'* (2015) o Papa Francisco afirma que “esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra. O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos” em “comunhão universal” acenando para a interligação entre tudo e todos na grande casa comum. Dessa forma, ou aprendemos com esses povos como conviver com a natureza e como retroceder ou “será tarde demais” (*Laudato Sí'*, n. 193).





ORIENTAÇÕES PARA RODAS DE CONVERSA E OFICINA

Acolhida e Introdução:

Receber os participantes com acolhimento e um momento de silêncio para interiorização.

Mantra: Tudo está interligado como se fossemos um, tudo está interligado nesta casa comum

1. Iniciar pedindo aos participantes a reflexão partilha sobre a seguinte pergunta: o que é a mitigação e a serviço de quem ela está?

Após partilha fazer leitura do trecho do texto inspirador:

“Os dicionários definem a mitigação como ‘ação, processo de mitigar; aliviar’. Trata-se de um termo muito utilizado nos discursos dos líderes mundiais quando se pronunciam a respeito da crise climática. Buscam alternativas de minimizar os danos climáticos causados pelo acelerado modo de produção capitalista que não respeita os limites da natureza.”



Perguntas para reflexão e debate:

- O que significa realmente mitigar os danos ambientais?
- A mitigação resolve a crise climática ou apenas reduz temporariamente os impactos?
- Quem se beneficia mais com essa estratégia: a casa comum ou as grandes empresas?
- Podemos aprender com os Povos Indígenas?

Refrão:

Entre em nós há muita vida, renascendo circulando, brotando sendo defendida.

Leitura do trecho:

“Os povos indígenas e as comunidades tradicionais possuem uma relação de convivência, de respeito e de cuidado com a floresta e com os biomas. Há mais de quinhentos anos, os Povos Indígenas enfrentam todo tipo de ataque e ameaças por causa do seu modo de vida que se contrapõe ao modo capitalista. Eles resistem com seu modo de vida baseado no Bem Viver.”

**Perguntas para reflexão e debate:**

- O que podemos aprender com os povos indígenas sobre preservação da natureza?
- Como a cultura indígena pode inspirar um modelo de desenvolvimento sustentável?
- O conceito de Bem Viver pode ser uma alternativa ao atual modelo econômico?

Mitigação: subvenção ou subordinação?**Refrão:**

“Amazônia, querem tomar Amazônia, querem mandar na Amazônia não vamos deixar. (E vai ter luta)”

Leitura do trecho:

“A mitigação é uma estratégia neocolonialista. Com ela, os grandes interesses econômicos se sentem protegidos das críticas e dos questionamentos aos seus mecanismos de desenvolvimento. Assim, se investem algumas migalhas para remediar os impactos ambientais de suas empresas, a exemplo do que ocorreu em Mariana e Brumadinho.”



Perguntas para reflexão e debate:

1. O que significa dizer que a mitigação é uma estratégia neocolonialista?
2. Como casos como Mariana e Brumadinho mostram as limitações da mitigação ambiental?
3. O que poderia ser feito para responsabilizar de fato os verdadeiros poluidores?

Reflexão final e encaminhamentos:

Leitura do trecho da encíclica *Laudato Si'*, do Papa Francisco:

Refrão:

Ribeirinhos guardiões da nossa casa comum, *Laudato Si'* é Francisco chamando um a um.

“Esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra. O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos.” (*Laudato Si'*, n. 2)



Perguntas para reflexão:

1. Como podemos, individual e coletivamente, promover um modelo mais sustentável e justo?
2. Quais ações concretas podemos assumir para apoiar a luta dos povos indígenas e a proteção dos biomas?

Encaminhamentos:

- Definir compromissos individuais e coletivos para a proteção ambiental.
- Pensar em formas de apoiar e divulgar as lutas dos povos indígenas.

Oração Final e Encerramento:

Oração pela Casa Comum.

Criador de tudo o que existe, doador da vida e da esperança, derrama sobre nós a tua luz, Para que sejamos guardiões da Tua criação. Ensina-nos com os povos da floresta, que vivem em comunhão com a terra, a respeitar os ciclos da vida, e a proteger nossa Casa Comum. Dá-nos coragem para denunciar a destruição, força para resistir às injustiças, e esperança para construir um mundo. Onde a natureza e os povos vivam em harmonia. Que sejamos semeadores da justiça, caminhantes da Paz e defensores da Vida. Amém.”

Canto Final:

Escolher uma canção que traga o tema da Amazônia.

Transição energética: o que eu preciso saber sobre isso?

Daniel Lins

Frei Rodrigo Péret

O que é a transição energética?

A energia está presente em quase todas as coisas que fazemos em nosso dia a dia: na luz que usamos, nos transportes e até nos celulares. No entanto, o modo como atualmente consumimos e geramos energia tem impactos profundos no planeta. A crise climática, causada em grande parte pela queima de combustíveis fósseis, como carvão, petróleo e gás natural, nos desafia a buscar soluções sustentáveis. Mas o que realmente significa “transição energética”? Trata-se apenas de substituir combustíveis fósseis por fontes renováveis, como energia solar e eólica, ou há aspectos mais complexos que precisam ser considerados?

Governos e corporações empresariais, especialmente dos países ricos, frequentemente divulgam a transição energética como uma alternativa “limpa” e “verde”. Contudo, essa narrativa esconde questões críticas relacionadas à exploração da natureza, às desigualdades globais e à sustentabilidade real desse processo. Quem realmente se beneficia dessa transição? Quem paga o preço por ela?





Aspectos empresariais da transição energética

A transição energética tem sido conduzida, principalmente, por grandes corporações empresariais que buscam aumentar seus lucros. Empresas multinacionais dominam as cadeias de produção e de distribuição das chamadas energias renováveis. Isso cria um cenário em que a transição energética é menos uma questão de justiça climática e mais uma oportunidade de negócio. Grandes investimentos em tecnologia e infraestrutura frequentemente ignoram os impactos sociais e ambientais sobre as comunidades locais.

Perguntas para refletir:

- Como as corporações empresariais influenciam as políticas de transição energética?
- A quem realmente servem os lucros gerados por essa transição?

Aspectos neocoloniais da transição energética

Embora apresentada como uma solução global, a transição energética conduzida pelas grandes corporações perpetua as dinâmicas históricas de exploração e dominação. As condições naturais favoráveis à produção de energia renovável, assim como a disponibilidade de minerais que são matéria-prima para a construção de sua infraestrutura, como por exemplo, o lítio, níquel, grafite, cobalto,



cobre e terras raras estão predominantemente em países da América Latina, África e Ásia. Esses territórios, assim, se tornam novamente zonas de sacrifício para sustentar o consumo energético do chamado Norte Global. Esse modelo intensifica a exploração minerária e repete padrões coloniais, nos quais países ricos exploram bens naturais de nações mais pobres, comumente sem respeito aos direitos da natureza e das comunidades locais. A concentração de tecnologia dos países ricos se impõe e agrava ainda mais as desigualdades.

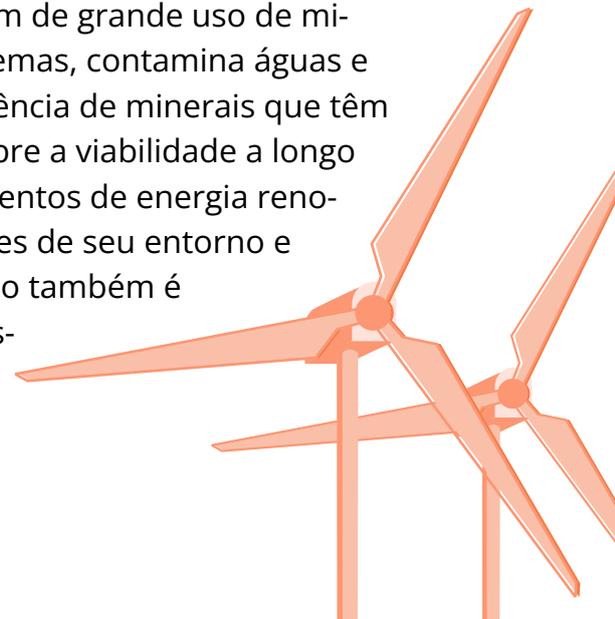
Hoje, existem movimentos sociais que propõem alternativas comunitárias e descentralizadas de produção, distribuição e consumo de energia. Com isso, buscam garantir soberania popular, democratização do acesso à energia e o cuidado com a Casa Comum.

Perguntas para refletir:

- Quem detém o controle sobre os bens necessários para a transição energética corporativa?
- As comunidades atingidas pela exploração mineral e pela instalação dos empreendimentos de geração de energia estão sendo ouvidas e respeitadas?
- Como poderíamos garantir a soberania popular e a democratização na produção, distribuição e consumo de energia, visando ao bem-estar de toda população e ao respeito aos limites do planeta?

Aspectos insustentáveis da transição energética

Embora seja promovida como uma alternativa sustentável, a transição energética frequentemente depende de práticas insustentáveis, pois os equipamentos para coleta, armazenamento e distribuição dependem de grande uso de minérios. A mineração em larga escala destrói ecossistemas, contamina águas e desloca comunidades inteiras. Além disso, a dependência de minerais que têm disponibilidade natural limitada levanta questões sobre a viabilidade a longo prazo dessa transição. A instalação dos empreendimentos de energia renovável leva problemas socioambientais às comunidades de seu entorno e expulsa as pessoas de seus territórios. O consumismo também é perpetuado, mantendo altos níveis de extração e desperdício, em vez de repensar modelos de produção e consumo.



Perguntas para refletir:

- Quais são os impactos ambientais das tecnologias renováveis?
- Estamos realmente reduzindo a pegada ecológica ou apenas deslocando os impactos para outros territórios?
- Por que a sociedade contemporânea depende tanto de energia? Não seria possível reduzir esse consumo, preservar os bens naturais e garantir uma vida digna para todas as pessoas?

Quem paga por essa transição?

Os custos corporativos, neocoloniais e insustentáveis da transição energética recaem desproporcionalmente sobre as populações mais vulneráveis. Comunidades indígenas, quilombolas, agricultores familiares, pescadores, marisqueiros, comunidades periféricas e trabalhadores são os mais impactados, enquanto os benefícios se concentram nos países ricos e em grandes corporações.

**Perguntas para refletir:**

- Quem realmente arca com os custos e impactos dessa transição?
- Existem maneiras de redistribuir os benefícios e custos de forma mais justa?

Impactos no meu bioma

Cada bioma enfrenta desafios específicos em relação à transição energética. Na Amazônia, a extração de minerais e a construção de grandes projetos de infraestrutura causam desmatamento e ameaçam comunidades indígenas e tradicionais. No Cerrado, a mineração e o agronegócio degradam o solo e contaminam as águas. Nas áreas de Caatinga e Mata Atlântica, a instalação e o funcionamento de complexos de geração de energia renovável têm causado impactos ao ecossistema e à vida das pessoas que vivem na região.

Perguntas para refletir:

- Quais são os principais impactos da transição energética no meu bioma?
- Como as comunidades locais estão sendo afetadas e reagindo?
- Quais ações podem ser tomadas para proteger nosso bioma?



ORIENTAÇÕES PARA RODAS DE CONVERSA E OFICINA

Como eu posso agir?

A mudança começa com a informação, mas também exige organização e ação. Algumas ideias incluem:

- 1. Educação e conscientização:** promova debates e oficinas para entender os impactos da transição energética.
- 2. Monitoramento:** investigue projetos de mineração, instalação de complexos de geração de energia renovável e infraestrutura que impactam seu território.
- 3. Articulação:** conecte-se com movimentos sociais e organizações que lutam por direitos socioambientais e que denunciam o modelo de transição energética que explora o meio ambiente, viola direitos das comunidades e fomenta a concentração de riqueza.
- 4. Ação política:** participe de consultas públicas e pressione representantes eleitos por políticas mais justas.
- 5. Alternativas comunitárias:** apoie soluções locais para produção e consumo de energia de forma consciente, justa e comunitária.

Conclusão

Mais que uma transição energética, para enfrentar a crise climática, precisamos de uma **transformação** que não é só energética. Não se trata apenas de substituir combustíveis fósseis por fontes de energia renováveis, mas de repensar os modelos de produção, consumo e respeitar os limites do planeta para garantir a justiça socioambiental. Para isso, é necessário, portanto, uma **transformação** social, econômica e ambiental. A luta pela dignidade de todos os povos, da natureza e pela preservação do planeta depende de nós. Vamos juntos construir um novo modelo de sociedade que respeite o planeta e todas as formas de vida!

Catástrofes climáticas e possibilidades de soluções estratégicas

Marcela Machado Vieira

Vinícius Brito da Silva Machado

Introdução

As mudanças climáticas têm provocado catástrofes ambientais devastadoras em todo o mundo, incluindo secas severas, inundações avassaladoras e desmoronamentos. Esses eventos extremos demonstram a urgência de se implementar ações eficazes de mitigação e adaptação, capazes de proteger comunidades e ecossistemas vulneráveis. Neste contexto, a Meta Global de Adaptação (GGA), definida no Acordo de Paris, representa um compromisso coletivo crucial, com o objetivo de reduzir vulnerabilidades e promover infraestruturas resilientes. A abordagem da Economia Popular Solidária (EPS) e do profundo conhecimento indígena da natureza oferecem ferramentas valiosas na luta por cidades mais seguras e sustentáveis. Com suas práticas inovadoras e colaborativas, essas comunidades estão na vanguarda de um movimento global que busca não apenas sobreviver, mas prosperar frente aos desafios climáticos.



Experiência concreta

As catástrofes climáticas são percebidas nos níveis global, regional e local, manifestando-se por meio de eventos extremos como ondas de calor, inundações e secas prolongadas. Um exemplo de efeito local pode ser observado na bacia do rio Tapajós, um ecossistema vital na Amazônia, onde a combinação de secas severas, queimadas florestais e a consequente emissão intensa de fumaça criam um ciclo vicioso de degradação ambiental. Esses problemas têm causado não apenas a escassez de alimentos, devido à perda de colheitas e à diminuição da pesca, mas também sérios problemas respiratórios para as populações indígenas da região, que já enfrentam dificuldades de acesso a serviços de saúde adequados.

A situação é ainda mais agravada pelas frequentes queimadas locais, muitas vezes iniciadas de forma criminosa com o intuito de ampliar as pastagens e plantações do agronegócio, que fogem do controle devido às condições climáticas extremas. Esse cenário, embora específico da região do Tapajós, impacta globalmente, exacerbando as catástrofes climáticas através da emissão de gases de efeito estufa e da redução da capacidade da floresta amazônica de atuar como um sumidouro de carbono.

Entretanto, os povos indígenas, que possuem um conhecimento profundo e ancestral do ecossistema amazônico, oferecem soluções estratégicas e inteligentes para enfrentar esses desafios, fortalecendo a capacidade de adaptação durante este período crítico. Eles implementam políticas e práticas tradicionais que ajudam a superar essas vulnerabilidades locais, como o reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas, o manejo sustentável dos recursos naturais e o combate ao fogo através de técnicas de prevenção e controle que respeitam o equilíbrio ecológico.

Além disso, o conhecimento tradicional indígena sobre a previsão do tempo e os ciclos naturais é fundamental para a adaptação às mudanças climáticas. Essas atividades, realizadas por eles, geram efeitos positivos tanto localmente, melhorando a segurança alimentar e a saúde das comunidades, quanto globalmente, contribuindo para as metas globais de mitigação e adaptação propostas no Acordo de Paris, como a redução das emissões de carbono e a conservação da biodiversidade. A valorização e o apoio a essas iniciativas indígenas são, portanto, cruciais para a construção de um futuro mais sustentável e resiliente para a Amazônia e para o planeta.





A **Economia Popular Solidária – EPS** é um jeito diferente de produzir, vender, trocar e de se relacionar com as pessoas e com o meio ambiente. A **EPS** se organiza através de unidades familiares, grupos informais, associações, cooperativas, centrais, redes solidárias, e empresas recuperadas. Estes grupos produtivos são chamados de **Empreendimentos Econômicos Solidários – EES**.

O movimento de economia solidária surge na década de 90 com os Programas Alternativas Comunitários – PAC's, que foram uma estratégia de organização e apoio aos grupos produtivos para o enfrentamento à fome e às vulnerabilidades sociais. A EPS tem como sustentáculo quatro colunas, a cooperação, a solidariedade, a autogestão e a ação econômica. Frente às catástrofes climáticas, a **Economia Popular Solidária** é heterogênea e envolve tanto a vulnerabilidade dos empreendimentos solidários aos eventos extremos quanto o potencial da EPS em promover resiliência e soluções para as comunidades afetadas.

São diversos fatores que vulnerabilizam **os empreendimentos econômicos solidários – EES**, frente às catástrofes climáticas. Entre eles: a localização destes EES, que muitas vezes são afetados pelas secas ou cheias dos rios, impossibilitando o acesso aos locais onde se organizam os EES. A infraestrutura precária é outro fator e poucos recursos para se protegerem ou se recuperarem de eventos climáticos extremos. A exemplo da agricultura familiar, a agroecologia, pesca

artesanal, artesanatos oriundo do extrativismo sustentável, os fitoterápicos são diretamente impactados por estes eventos climáticos.

As redes de apoio, oriunda das entidades, que acompanham estes empreendimentos econômicos solidários em muitos lugares são frágeis, com baixa capacidade técnica, sem estrutura de logística para deslocamento, pouco recursos financeiros para auxiliar com créditos, visando a reconstrução dos EES atingidos pelas catástrofes naturais.

Por outro lado, a inércia do poder público em atender as demandas e necessidades destes EES, quando afetados pelas catástrofes climáticas é ainda mais desoladora, pois o tempo de resposta é contrário à emergência que se impõe a estes EES, que é o da sobrevivência. Isso, devido muitas vezes à atividade produtiva ser a única fonte de renda familiar.

A resiliência e os saberes locais, bem como a teimosia do povo, por meio da solidariedade e cooperação, que são colunas que sustentam a continuidade destes empreendimentos solidários, apesar de toda diversidade e vulnerabilidade muitas vezes em que se encontram, após serem afetados pelos eventos climáticos.



A **Economia Popular Solidária** também apresenta características relevantes como alternativa na construção de resiliência frente às catástrofes climáticas, como: a organização da comunidade afeta com rede solidária de apoio, alicerçada nos princípios da solidariedade, autogestão e cooperação. Os empreendimentos conhecem bem o território e as especificidades locais onde estão inseridos, isso facilita a busca por alternativas de reparação dos danos sofridos e prevenção de futuros impactos. As práticas desenvolvidas pelos EES com a agroecologia, de manejo florestal sustentável, de reciclagem e outras iniciativas que contribuem para a preservação ambiental. A geração de renda, através do trabalho cooperativo, a busca por outras alternativas de atividades econômicas solidárias e sustentáveis e a ação coletiva de incidência política.

Um exemplo que tivemos, frente à catástrofe que atingiu o Rio Grande do Sul, foi a constituição de redes solidárias de apoio, formada na sua maioria por moradores das regiões pouco afetadas, com o apoio de pessoas de outras localidades. Formaram-se cozinhas solidárias para o fornecimento de refeições, equipes de coleta e triagem de roupas, de composição dos alimentos para as doações, entre outros. A solidariedade, a cooperação nutriram a esperança e a resiliência do povo.

Considerações finais

Em face ao crescente impacto das catástrofes climáticas, a Economia Popular Solidária e o conhecimento dos povos indígenas emergem como importantes vetores de resiliência e inovação. A experiência concreta na bacia do rio Tapajós demonstra que, apesar das adversidades, há potencial significativo para a implementação de estratégias ancestrais e sustentáveis que mitigam os efeitos dessas catástrofes. As práticas indígenas, que incluem reflorestamento e manejo sustentável, oferecem exemplos valiosos de como alinhar tradição com inovação para a proteção ambiental. Simultaneamente, a EPS destaca-se como uma abordagem flexível e orientada pela comunidade, capaz de adaptar-se às condições e necessidades locais, promovendo autonomia e segurança econômica. A organização em redes solidárias permite que as comunidades se reergam diante dos desastres, sublinhando a importância da cooperação e solidariedade como bases resilientes. Para enfrentar os desafios climáticos com êxito, torna-se crucial intensificar o apoio às iniciativas locais, como as indígenas, fortalecendo suas capacidades logísticas, financeiras e institucionais. Assim, a valorização de saberes tradicionais, aliada à inovação social, formam um caminho promissor para mitigar os impactos climáticos e construir um futuro sustentável e justo.





ORIENTAÇÕES PARA RODAS DE CONVERSA E OFICINA



Preparação do ambiente:

Sugerimos que sejam colocadas em forma circular as cadeiras e que ao centro se coloque uma vela acesa, a bíblia, um vaso com flores, uma vasilha com terra e outra com água. No entorno sejam colocadas notícias de catástrofes climáticas ocorridas na cidade, selecionadas previamente.



Acolhida:

Sejam bem-vindos e bem-vindas! Que este momento de encontro, cujo tema será catástrofes climáticas nos inquiete com as reflexões e as partilhas. Desejamos que este momento seja uma oportunidade de nos conectarmos nos diálogos ao longo deste curto tempo, mas que possa ressoar em nossa vida cotidiana. Que a Divina Ruah nos inspire e nos conduza sempre. Fraternal e afetuoso encontro para nós!



Apresentação do tema:

Para refletir sobre as catástrofes climáticas, um desafio que nos chama à ação e à responsabilidade compartilhada. Enquanto enfrentamos enchentes, secas e tempestades, precisamos nos perguntar: como esses eventos impactam a nossa vida diária e a nossa comunidade?

Nossa proposta é que, ao longo deste encontro, possamos nos unir para explorar soluções práticas e estratégias de mitigação. Convidamos cada um de vocês a participar ativamente, trazendo suas experiências

e ideias. Pensemos em como, juntos, podemos implementar ações que fortalecerão nossa comunidade e garantirão um futuro mais sustentável. Essa é uma oportunidade para desenharmos planos concretos que refletem nosso compromisso com essa causa.



Roda de diálogo:

Dialogando com o tema de nossa reflexão acerca das catástrofes climáticas, trazemos para o aprofundamento três perguntas geradoras para o grupo:

Orientação: a depender do tamanho do grupo, as perguntas poderão ser feitas em plenária ou em grupos menores.

Sugerimos os seguintes questionamento:

- a) pensando no dia a dia em nossa cidade, quais são os sinais de que o clima está mudando?
- b) se uma grande enchente ou uma seca muito forte acontecesse em nossa cidade, o que seria mais difícil de lidar para as pessoas, para os empreendimentos de economia solidária e para a cidade?
- c) o que poderíamos fazer, agora, para nos prepararmos da melhor forma para essas situações de catástrofes climáticas?
- d) quais estratégias podemos utilizar como possibilidade resolução desse problema?
- e) quais ações podemos implementar como forma de efetivar essas estratégias?



Atividade prática:

Mapeamento Rápido de Vulnerabilidades Locais.

Objetivo: sensibilizar os participantes sobre as potenciais vulnerabilidades de sua comunidade frente a eventos climáticos extremos e estimular o pensamento sobre medidas preventivas.

Material:

- papel branco tipo ofício ou similar.
- canetas ou pincéis.

Desenvolvimento: dividir os participantes em 4 grupos (a depender da quantidade) e orientar para que cada grupo, elabore rapidamente um mapeamento a partir da pergunta geradora:

- quais são os principais tipos de eventos climáticos que podem afetar nossa região?
- quais locais ou grupos em nossa comunidade seriam mais vulneráveis a cada um desses eventos?

Conclusão: ao término cada grupo apresentará aos demais participantes o levantamento que realizou.

Avaliação da atividade: o que nos chamou mais atenção na atividade?

**Compromisso a partir do tema:**

Nesta seção, o objetivo é fazer com que os participantes se comprometam pessoalmente com as ações que contribuam para a mitigação e preparação para as catástrofes climáticas. Uma excelente maneira de concretizar este compromisso é por meio de um pacto coletivo e individual que seja simples, mas significativo.

**Estratégias:**

1. **Discussão em Grupo:** após a apresentação dos diálogos em grupo, promova uma discussão onde os participantes possam refletir sobre quais ações podem ser realizadas individualmente e coletivamente.
2. **Criação de Compromissos:** peça a cada participante que escreva em um cartão uma ação específica que planeja implementar em sua vida pessoal ou comunitária. Exemplos de compromissos podem incluir: 1)

reduzir o consumo de água; 2) promover a reciclagem em casa ou na comunidade; 3) participar de campanhas de conscientização ambiental.

- 3. Compartilhamento e Assinatura:** convide alguns participantes a compartilhar seus compromissos com o grupo para inspirar os demais. Se desejar, pode-se criar um mural de compromissos onde todos assinem como um ato simbólico de compromisso.



Avaliação do encontro:

Motivar os participantes a avaliarem o encontro. Escrever em papel ofício as três palavras: a) O tema, b) as atividades realizadas, c) o tempo do encontro. Providenciar papéis coloridos nas cores verde = ótimo, amarelo = precisa melhorar, vermelho = não foi tão bom. Cada participante recebe as três cores e fixa em cada eixo proposto para avaliação.

Encerramento:

O animador motiva as e os participantes a lerem de forma orante a oração abaixo, em círculo e que cada um toque o ombro do outro/outra em forma de benção:

“Vem, Divina Sabedoria! Abre-nos ao teu “Sopro” de Vida, ao teu Dinamismo que faz caminhar, à tua Luz que faz renovar as consciências e abrir o coração aos movimentos do mundo! Acolhemos teu Amor que gera novas relações e que tece o desenho colorido do encontro com as diferenças! Vem, inspire-nos para a missão junto ao povo sofrido, para a defesa da vida e o cuidado com todas as criaturas!”

Sistemas alimentares, segurança e soberania alimentar

Carlos Humberto Campos
Ima Vieira



Sistemas alimentares, segurança e soberania alimentar

Os sistemas alimentares sempre estiveram presentes na vida dos seres humanos e dos animais, na sua história, na sua cultura e na sustentabilidade dos territórios. Um sistema alimentar engloba todos os elementos e atividades relacionados à produção, processamento, distribuição, preparação e consumo de alimentos. Existe uma diversidade de sistemas alimentares, mas podemos classificá-los em dois tipos principais: convencionais e sustentáveis (FAO, 2018).

Sistemas alimentares convencionais

Os sistemas alimentares convencionais, comandados por grandes produtores e empresas globais, orientam-se para um modelo de produção que exige a maximização da eficiência, a fim de reduzir os custos de consumo, aumentar a produção e os lucros. Embora tenham aumentado a produção de alimentos e o rendimento das culturas, não têm evitado o aumento da fome global e seus efeitos são devastadores na natureza, por conta do desmatamento, uso de agrotóxicos e contaminação das águas e do ar.



O Brasil lidera o ranking mundial de consumo de agrotóxicos, com uma média de 5,2 litros per capita por ano (ClimatelInfo, 2024). Além disso, o país bateu recorde de liberação de agrotóxicos em 2024, quando 663 produtos foram aprovados – esse aumento representa 19% em relação a 2023, quando foram liberados 555 produtos (Brasil de Fato, 2025).



Esse modelo hegemônico de produção e consumo de alimentos é responsável por:

- 27% das perdas florestais globais atribuídas ao desmatamento para a produção de commodities
- Perda da biodiversidade em todo o mundo, ameaçando 24 mil das 28 mil espécies em risco de extinção
- Cerca de 30% de todas as emissões de gases de efeito estufa (mais de 15% vêm da produção de animais)
- No Brasil, a agropecuária é responsável por mais de 70% das emissões
- Consumo de 70% das reservas globais de água doce
- 32% da acidificação terrestre global
- 78% da eutrofização e poluição dos oceanos e cursos d'água

(Benton et al., 2021; Curtis et al., 2019)

Sistemas Alimentares Sustentáveis e Alternativos

Contrapondo e resistindo ao sistema de produção de larga escala e predatório, temos os importantes Sistemas Alimentares Sustentáveis e Alternativos, cujas atividades envolvidas na produção, processamento, distribuição, preparo, consumo e descarte de alimentos visam à segurança alimentar e nutricional saudável e sustentável.

O sistema alimentar sustentável impacta positivamente as dimensões econômica, social e ambiental (HLPE, 2019):

Dimensão econômica: para ser considerado sustentável, o sistema alimentar deve beneficiar ou agregar valor econômico à renda dos trabalhadores, gerar lucros para as empresas e melhorar a cadeia de fornecimento para os consumidores.

Dimensão social: deve haver equidade na distribuição do valor econômico agregado, contribuindo com a saúde e nutrição, tradições culturais, condições de trabalho e bem-estar animal.

Dimensão ambiental: o sistema alimentar sustentável deve assegurar que os impactos de suas atividades no meio ambiente sejam neutros ou positivos, considerando a biodiversidade, a saúde da água e do solo, a saúde da fauna e da flora e a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional.



SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR

Segurança alimentar

No Brasil, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN – Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006) define a segurança alimentar e nutricional como “...realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”.



Soberania Alimentar

A soberania alimentar vai além do simples acesso aos alimentos, representando o direito dos povos de definirem seus próprios sistemas alimentares, estando intrinsecamente conectada a questões como democratização da terra, sustentabilidade na produção através da agroecologia e valorização da agricultura familiar.

O compromisso com a soberania alimentar também se refletiu na criação de importantes estruturas legais, incluindo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Lei da Agricultura Orgânica e a Política Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica (PNAPO). Além disso, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, órgão colegiado, criado em 1993 e vinculado à Secretaria Geral da Presidência da República, tem a atribuição de coordenar os programas federais ligados à segurança alimentar e nutricional.

Modos de produção, distribuição e consumo no Brasil

No Brasil, o cenário de produção agrária apresenta significativas disparidades. Segundo o Censo Agropecuário/2017 (IBGE, 2019), 77% dos estabelecimentos agropecuários pertencem à agricultura familiar, mas ocupam apenas 23% da área total agricultável, evidenciando uma forte concentração de terras.

A agropecuária representa 23,6% do PIB brasileiro e corresponde a 46% do valor das exportações do país, posicionando o Brasil entre os sete países que centralizam cerca de 55% do total de exportações de alimentos no mundo. Entretanto, o país desperdiça aproximadamente 41,6 quilos de comida por pessoa anualmente, (UNEP, 2021).

O sistema de distribuição de alimentos no Brasil é caracterizado pela forte presença de grandes redes varejistas, com três principais grupos e as grandes indústrias de alimentos multiprocessados dominando o mercado. Este cenário coexiste com uma rede capilar de equipamentos tradicionais, como feiras livres, mercados municipais, mercearias e quitandas. A concentração do varejo tem contribuído para aumentar as desigualdades no campo e na cidade.

Essa realidade impacta no padrão do consumo de alimentos no Brasil. Segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE, 2020), a alimentação corresponde a 17,5% do orçamento familiar brasileiro, sendo a terceira maior despesa doméstica. Este percentual é ainda mais elevado na zona rural (23,8%) em comparação com a zona urbana (16,9%).



25%

da população em situação de obesidade

Desafios nutricionais e ambientais

O Brasil enfrenta uma complexa transição nutricional. Mais da metade da população adulta apresenta excesso de peso, com cerca de 25% em situação de obesidade, condição que afeta mais as mulheres que os homens. Simultaneamente, a desnutrição crônica persiste, especialmente entre populações vulneráveis, atingindo 25,7% das crianças indígenas (Ministério da Saúde, 2021).

As pandemias de desnutrição, obesidade e das mudanças climáticas guardam relação com o avanço do sistema alimentar global e com o modelo dominante de agricultura (Abramovay, 2021). Os sistemas alimentares não apenas impulsionam as pandemias de obesidade e desnutrição, mas também geram de 25-30% das emissões de gases do efeito estufa (GEEs).



Alimentos ultraprocessados

No contexto atual da transição alimentar, destaca-se a indústria dos Alimentos Ultraprocessados, formulações industriais feitas de substâncias e aditivos derivados de alimentos, contendo pouco ou nenhum alimento inteiro. São produtos acessíveis, duráveis e prontos para consumir, “ricos” em sal, açúcares e gordura, e hiper palatáveis.

Mais de 400 estudos têm relacionado o consumo de alimentos ultraprocessados à obesidade, diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares e câncer (Relatório da Comissão The Lancet sobre Obesidade, 2019).



A produção e o consumo de alimentos saudáveis seriam benéficos não só para a saúde humana e para o meio ambiente, mas para os cofres públicos: reduziria em até 97% os custos diretos e indiretos de saúde e entre 41% e 74% do custo das emissões de gases de efeito estufa até 2030 (IPES-Food, 2022).

Agroecologia e campesinato: um caminho para o futuro

A produção agroecológica está amparada pela Política Nacional de Agroecologia, que deve promover a produção de alimentos saudáveis como forma de ampliar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar camponesa, povos e comunidades tradicionais, nos campos, florestas e cidades, potencializando suas capacidades de cumprir com múltiplas funções de interesse público na produção soberana, em quantidade, qualidade e diversidade, de alimentos e demais produtos da sociobiodiversidade.

A agroecologia contribui para:

- A conservação do patrimônio cultural e natural
- A dinamização de redes locais de economia solidária
- A construção de relações sociais justas entre homens e mulheres e entre gerações
- O reconhecimento da diversidade étnica
- A construção de uma sociedade sustentável, igualitária e democrática

Além disso, a agroecologia tem a perspectiva da promoção da autonomia e protagonismo das mulheres agricultoras e dos jovens rurais, contribuindo para a superação das desigualdades de gênero e de geração nos planos sociocultural, político e econômico. Desenvolve a capacidade de inter-relações, conexões e sinergias entre seus autores, os recursos e as atividades, aprimorando continuamente os processos de reprodução e padrões de cooperação solidárias, revelando os tesouros escondidos nos territórios





ORIENTAÇÕES PARA RODAS DE CONVERSA E OFICINA



Ambiente:

Preparar o Ambiente de Convivência para aprofundar o tema do texto. Tornar o ambiente bonito, alegre, acolhedor com objetos, material e alimentos do próprio local.



Acolhida (Boas-vindas):

Com base na leitura do texto, por alguns instantes, voltemos nossos olhos para o ambiente que estamos e fora dele, as imagens, os objetos, as pessoas, tudo que está à nossa frente e ao nosso redor. Deixemos que elas falem aos nossos corações. Ouçamos o grito silencioso da injustiça, da insegurança alimentar, expresso no poema de Manoel Bandeira. (O BICHO).

“Vi ontem um bicho, na imundície do pátio, catando comida entre os detritos. Quando achava alguma coisa, não examinava nem cheirava: engolia com voracidade! O Bicho, não era um cão, não era um gato, não era um rato. O bicho, meu Deus, era um homem!” No Brasil 150 milhões de pessoas vivem o drama da insegurança alimentar, mas não por falta de alimentos! O nosso país tem dimensões continentais e é um dos mais ricos de todo o mundo: em recursos naturais, em terras agricultáveis, em abundância de chuvas, rios perenes, diversos biomas, estações regulares e equilibradas... Porém, deixa à margem a maioria da população sem acesso ao direito mais básico que é a alimentação e a nutrição. Porque essas coisas acontecem?



Apresentação de Experiências para o aprofundamento do tema:

Quintais produtivos – uma tecnologia social de convivência com os biomas brasileiros para a segurança alimentar e nutricional.

Os quintais produtivos são experiências espalhados por todo Brasil, são espaços, utilizados nos arredores da residência para o cultivo de diversas variedades de alimentos, plantas medicinais, flores, ervas aromáticas e criação de pequenos animais. São projetados para fornecer alimentos frescos e nutritivos para a família que o mantém ou até mesmo a geração de renda, através da venda do excedente. Esses quintais podem variar em tamanho, desde pequenos espaços em áreas urbanas até grandes áreas rurais, e podem ser adaptados às necessidades e preferências específicas de cada família. Os quintais produtivos fazem parte do conjunto de Tecnologias Sociais, desenvolvidas e adaptadas para a Convivência do Semiárido Brasileiro, nos últimos 20 anos, milhares deles foram instalados no Semiárido, através da Cáritas Brasileira, em com o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, tirando milhares de famílias do flagelo da fome. De acordo com o Decreto Nº 11.642 de 16 de agosto de 2023 os quintais produtivos poderão ser utilizados para atividades educacionais e comunitárias que promovam a conscientização sobre a importância da produção local de alimentos saudáveis, a valorização da diversificação da produção e a adoção de técnicas de manejo, conservação e uso do solo e da água. Os quintais produtivos contribuem com a redução da vulnerabilidade socioeconômica e promovem a segurança alimentar integrada à sustentabilidade ambiental, oferecendo mais qualidade de vida para as famílias.



Indicativos para o debate e encaminhamentos:

A partir de informações e dados sobre a qualidade e a quantidade de alimentos que são produzidos e consumidos, como está a situação da segurança alimentar e nutricional nas nossas famílias, grupos e territórios?

Com base em projetos e experiências bem-sucedidas, através das políticas públicas como o PRONAF, PAA, PNAE, com bons resultados para as pessoas e a natureza, o que precisamos fazer para uma maior incidência e ampliação dessas políticas?

A produção de conhecimentos, os intercâmbios e a comunicação são muitos importantes para o fortalecimento da organização e a luta dos povos nas conquistas de direitos, o que podemos fazer para avançar nesse campo?

Sugestão: encerrar o momento de convivência com a partilha e saborear os alimentos trazidos pelas pessoas.



PARTE 3

TEMAS CORRELATOS



Defensoras e defensores da vida

Paulo César Carbonari
Carla Magalhães

A vida está em risco, e cada vez mais desprotegida, todas as formas de vida... entre elas também a vida humana, a vida das defensoras e dos defensores da vida. A maior razão recai na responsabilidade dos humanos. Nos últimos séculos construíram a humanidade contra a natureza. É como se, para afirmar a humanidade, fosse necessário destruir outras formas de vida. Nos últimos anos, aliás, esta prática tem sido cada vez mais intensificada.

O que se agrava ainda mais com o avanço da ultradireita em vários países do mundo. Ele traz impactos significativos para gerar retrocessos na garantia de direitos. Isto porque reforça a concentração da riqueza em detrimento do enfrentamento das desigualdades, amplia o negacionismo ambiental e climático em desfavor da conservação, da mitigação e da adaptação, e destrói as democracias, reforçando fundamentalismos e autoritarismos de diversos tipos. Mostra concreta é o fato de o novo presidente dos Estados Unidos ter saído do Acordo de Paris, do Conselho de Direitos Humanos da ONU, além de fechar a agência de apoio humanitário.



43% de todos os ativos financeiros globais

Alguns dados nos ajudam a compreender este contexto. O relatório *Desigualdade S.A.* (2024) informa que a fortuna dos cinco bilionários mais ricos do mundo mais do que dobrou desde o início da década atual, enquanto 60% da humanidade ficou mais pobre. **O 1% mais rico do mundo tem 43% de todos os ativos financeiros globais e emite tanta poluição de carbono quanto os dois terços mais pobres da humanidade.**



O estudo *A Desigualdade de Carbono Mata* (2024) mostra que os super-ricos, com seus investimentos e o consumo extravagante, estão agravando as crises globais. Isso porque os 50 bilionários mais ricos do mundo emitem mais carbono em 1,5 hora do que uma pessoa média em toda sua vida. Segundo o estudo, essa situação gera consequências devastadoras: as emissões do 1% mais rico fizeram com que a produção econômica global caísse em US\$ 2,9 trilhões desde 1990.

A previsão é de que até 2050 os países de renda baixa e média-baixa percam em média cerca de 2,5% de seu PIB acumulado. Às custas de quem? (2025), diz que o 1% mais rico do Norte Global extrai US\$ 30 milhões por hora do Sul Global em 2023 e que, de 1970 e 2023, os governos do Sul Global pagaram US\$ 3,3 trilhões em juros para credores do Norte.

O Brasil entrou (2019), e mais uma vez conseguiu sair (2023), do mapa da fome. Mas, segue com desigualdade em níveis altos: a renda dos 10% mais ricos é mais de 14 vezes maior do que a renda dos 40% mais pobres, segundo o IBGE (2024). *Desigualdade S.A.* (2024) informa que 63% da riqueza do Brasil está nas mãos de 1% da população: 0,01% da população brasileira possui 27% dos ativos financeiros, 0,1% mais rico, 43%, e 1% mais rico, 63%. Por outro lado, os 50% mais pobres detêm apenas 2% do patrimônio do País. A desigualdade racial é ainda mais grave, visto que a renda dos brancos está mais de 70% acima da renda da população negra, em média.

A *Global Footprint Network* informa que a pegada ecológica mundial era de 2,7 hectares globais (gha) por pessoa, enquanto a biocapacidade disponível era de apenas 1,8 gha/pessoa em 2019. Isso significa que a população mundial precisaria de 1,75 planetas para satisfazer o seu consumo. O *Relatório Planeta Vivo* (2024), alerta que, entre 1970 e 2022, a biodiversidade diminuiu em 69% em todo o mundo e sofreu uma redução de 94% nos países da América Latina e Caribe. O mesmo estudo informa que aproximadamente 14% a 17% da área florestal original do bioma amazônico já foi desmatada, sendo que a Amazônia brasileira, que engloba 59% do bioma amazônico, teve 19% de desmatamento no mesmo período. Outros estudos mostram que nos últimos 50 anos triplicou a extração de recursos naturais com crescimento de 45% no uso de combustíveis fósseis. E esse volume só tende a crescer, pois a previsão é de que em 2060 a humanidade consumirá 190 bilhões de toneladas de material da natureza (hoje consome cerca de 92 bi).



Parece que estamos bem perto, senão já, de pontos de não retorno...

Nêgo Bispo, referência quilombola do Brasil, diz que nosso mundo está organizado no que ele chama de “cosmofobia”, literalmente, medo do cosmos, medo da natureza, que, no fundo, deixa humanas e humanos desesperados pois afasta totalmente a humanidade da vida orgânica, artificializando sinteticamente as relações, linearizando as complexidades e rompendo as circularidades em quadrados reducionistas. Uma das consequências é que a natureza, de condição de convivência, torna-se simples “recurso natural”, “meio de subsistência”, “mercadoria”, a serviço da humanidade, mas não de toda ela e, sim, para cada vez menos seres humanos.

As defensoras e os defensores da vida, que são também defensoras e defensores de direitos humanos e defensoras e defensores socioambientais, são os agentes que denunciam estas realidades, promovem a organização e lutas para sua superação e para a promoção de alternativas que apontem para novas realidades nas quais a centralidade seja o bem-viver não o viver bem do consumismo. Elas e eles são reconhecidos como aquelas e aqueles que “empatam” processos de destruição e anunciam a necessidade de novas relações de vida, e vida em abundância. Fazem valer os acordos e os tratados... são autores e autoras de novos direitos pelas lutas que levam adiante.

A atuação das defensoras e dos defensores se orienta por uma compreensão de que a pluridiversidade da vida é o que sustenta e se sustenta pelo compartilhamento e pelo cuidado de tudo o que é comum. E a vida é o que há de comum, ainda que cada vida seja única. Mas o fato é que somente se cuida e se protege a singularidade única de cada vida se todas as vidas forem igualmente cuidadas. Basta que uma vida, que a humanidade de uma vida humana, seja atacada para que toda ela seja atacada. Isso é o que explica a indignação e a solidariedade, sentimentos que expressam a reação aos ataques às dignidades, a humana e a de cada um dos seres vivos e não vivos.

São estes sentimentos, que se traduzem em cuidado e proteção daquelas e daqueles que sofrem violências e ataques contra a vida, que animam a atuação das defensoras e dos defensores da vida. Mas, quando fazem isto podem colocar em risco sua própria vida. Contrariam interesses e poderes fortes. São atacados

das mais diversas formas. São chamados de “defensores de bandidos” e outros nomes desqualificadores. Os racismos de todo tipo, inclusive o racismo ambiental, aparecem como formas para produzir exclusão e morte. Ainda assim, defensoras e defensores mantêm-se de pé, em organizações, movimentos, coletivos, com os quais e nos quais resistem e junto com os quais e nos quais são protegidos.

A proteção às defensoras e aos defensores da vida é obra da proteção popular, desenvolvida de forma autônoma e independente, aprendida dos que lhes legaram as causas e as lutas, por elas e eles próprios e pelas organizações das quais participam. Mas, é dever da sociedade e, acima de tudo, do Estado, implementar políticas que garantam que as defensoras e os defensores possam continuar atuando de forma livre, independente e forte. É necessário que todos os crimes contra as defensoras e os defensores sejam investigados e que quem os promoveu seja responsabilizado. A impunidade só alimenta mais violência e violações. Fazer a proteção das defensoras e defensores é uma das formas de garantir que a luta pela vida seja levada adiante.

A proteção às defensoras e defensores está prevista numa Declaração das Nações Unidas (1998), na Política Nacional de Proteção (2004) e no Acordo de Escazú (este último ainda não ratificado pelo Brasil).

As defensoras e os defensores são agentes fundamentais para a garantia dos direitos humanos e dos direitos socioambientais. Isso sem contradição ou conflito entre eles, de modo que a garantia dos direitos humanos é indivisível à garantia dos direitos socioambientais e que nenhum destes direitos, ainda que tenham especificidades, é substituível. Na verdade, são interdependentes, como aliás, são interdependentes todas as vidas. Para garantir direitos humanos e direitos socioambientais o desafio é proteger, fortalecer e valorizar as lutas levadas

adiante por defensoras e defensores, sejam as lideranças individuais, sejam os coletivos que, aliás, também são interconectados. A proteção é um direito de quem luta por direitos e garantir este direito é também parte central da luta por direitos.



Criar estratégias e metodologias de proteção popular combinada com políticas públicas de proteção a defensoras e defensores em risco é parte da responsabilidade para que os direitos humanos e os direitos socioambientais ganhem cada vez mais realidade material no cotidiano da vida, das muitas formas de vida.



ORIENTAÇÕES PARA RODAS DE CONVERSA E OFICINA



Ambiente:

Sugere-se ambientar o local da oficina com imagens e o nome de pessoas e um breve resumo de sua atuação na defesa de direitos humanos e socioambientais - sendo possível um para cada participante (Exemplo: Ir. Doroty, Chico Mendes, Mãe Bernadete e outros/as considerando a especificidade do grupo). Solicita-se providenciar equipamentos para uso de audiovisuais.



Acolhida:

Sugere-se que cada participante escolha uma das imagens do ambiente (se for virtual um dos nomes) e se apresente adotando o nome do defensor ou da defensora com parte de seu próprio nome e também faça breves ligações da trajetória deste/a com sua própria trajetória.



Apresentação do Tema:

Sugere-se que o tema de trabalho seja apresentado começando com uma pergunta motivadora que pode ser a seguinte: o que ajuda e o que atrapalha a atuação das lideranças e o que fazemos juntos/as? Com base nesta pergunta segue-se uma dinâmica de aprofundamento do subsídio (texto), que pode ser feita de várias maneiras: leitura em voz alta, leitura por uma pessoa, uma exposição das ideias centrais por quem chamou a atividade. O importante é que os elementos trazidos no texto possam ser conhecidos e compreendidos por quem estiver participando da atividade. Se houver necessidade são feitos esclarecimentos do que está apresentado no texto.



Debate:

A coordenação da atividade sugere um breve debate sobre a temática. Ele pode ser feito em grupos, designando uma pergunta para cada grupo, para que faça o debate e depois apresente a todo o grupo (para isso, importante que cada grupo tenha uma coordenação e uma relatoria). A coordenação também pode utilizar as perguntas como motivações ao debate, apresentando uma e depois abrindo para falas de quem estiver participando. O importante é que seja feita uma roda de diálogo bem participativa e que quem estiver na atividade se sinta o mais à vontade possível para participar, “dizendo a sua palavra”> Sugere-se as seguintes questões para serem utilizadas como guia [podem ser trabalhadas todas ou algumas delas, podem ser estas ou outras formuladas pela coordenação da atividade): a) o que ajuda a atuação das lideranças e o que fazemos juntos/as?; a) o que atrapalha a atuação das lideranças e o que fazemos juntos/as?; c) como podemos reconhecer e valorizar o trabalho de quem atua na defesa de direitos humanos e socioambientais?; d) que tipo de atitudes, estratégias e ações podem ser realizadas para proteger a quem defende os direitos humanos e socioambientais?; e) quais demandas podem ser apresentadas às autoridades para garantir a proteção de quem defende os direitos humanos e socioambientais que estejam em risco?



Compromisso:

Sugere-se que do acumulado no processo realizado na atividade, a coordenação pergunte: qual o compromisso que nós podemos assumir coletivamente para reconhecer, valorizar e proteger a quem defende direitos humanos e socioambientais? Importante orientar que sejam sugestões de ações bem práticas e que possam ser cumpridas por quem estiver na atividade. Depois de lançada a pergunta, são recebidas sugestões de quem estiver participando. A coordenação vai ajudando o grupo a definir aquela ação concreta que for a que mais adesão tiver do grupo (recomenda-se não fazer votação e sim produzir um consenso). Depois de definida a ação promover um breve diálogo sobre os caminhos e as providências práticas para sua viabilização. Caso entenda oportuno, a coordenação pode pedir que todas as imagens utilizadas na abertura sejam colocadas no centro do grupo e seja feita uma dinâmica de comprometimento coletivo.

Financiamento climático: quem paga a conta da crise?

Igor Bastos

Larissa Vieira

Paradoxalmente, aqueles que menos contribuem para as mudanças climáticas são os mais vulneráveis aos seus impactos. De acordo com a ONU, as consequências mais graves são observadas em partes da África, Ásia, América Central/Sul, países menos desenvolvidos, pequenas ilhas e regiões do Ártico.

“Todos estamos na mesma tempestade em alto mar, mas alguns de bote e outros de navio”. Você já ouviu essa expressão? Pois é. Ela representa bem a forma como as mudanças climáticas são vivenciadas. Se, por um lado, sabemos que a crise climática é global e causada pela ação direta dos seres humanos, por outro lado sabemos que **nem todas as pessoas são responsáveis, ou igualmente responsáveis, por essa crise.** E mais, que nem todos sofrem suas consequências da mesma forma. Pelo contrário, o que temos visto nos últimos anos em todo o mundo é que os que mais protegem o meio ambiente, tais como os povos tradicionais, são os que mais sofrem com as secas intensas, escassez de água, além de outros efeitos das mudanças climáticas. Nas cidades, os mais empobrecidos e marginalizados, embora poluam menos, são os mais afetados pelas consequências da crise climática, tais como ondas de calor, inundações, desastres, poluição, deslocamentos forçados e entre outras.

“Muitos daqueles que detêm mais recursos e poder econômico ou político parecem concentrar-se sobretudo em mascarar os problemas ou ocultar os seus sintomas, procurando apenas reduzir alguns impactos negativos de mudanças climáticas.”

(Papa Francisco, *Laudato Si'*, 26)



Apesar do reconhecimento da urgência e dos esforços para o enfrentamento à essa crise, muitas das soluções propostas nos deixam em dúvida e até mesmo descrentes. Afinal, estamos no caminho certo? O que tem sido proposto? Como podemos agir? Essas reflexões irão nos ajudar a entender melhor essa realidade complexa.

Financiamento climático: solução para a crise climática?

Não há mais dúvidas: a crise climática já é uma triste realidade. Mas o que tem sido pensado para enfrentar esse fenômeno? Ano após ano acompanhamos as negociações climáticas que ocorrem durante a Conferência das Partes (COPs), e entre os temas centrais está o financiamento climático. Esse tópico trata dos recursos necessários para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e ajudar os países mais vulneráveis a se adaptarem às consequências dessa crise. Mas como funciona esse financiamento? Quem paga e quem recebe?

Para falar desse tema é preciso lembrar o **Acordo de Paris** - negociado em 2015 durante a COP 21 - momento em que ficou formalizada a proposta do **financiamento climático**. Estabeleceu-se neste acordo que países chamados “desenvolvidos”, ou seja, os países mais ricos e que mais poluem, seriam responsáveis por **investir valores** para que os **países chamados “em desenvolvimento”** pudessem enfrentar as mudanças climáticas. São esses investimentos locais, nacionais ou transnacionais, advindos de fontes públicas ou privadas, que chamamos de **financiamento climático**.

Apesar de sua importância, há muitas críticas ao modelo adotado atualmente. Uma das principais preocupações é a **financeirização da crise climática**. Isso significa que soluções para o clima estão sendo tratadas como oportunidades de mercado, onde bancos e empresas buscam lucro com a emergência ambiental. Embora esse mecanismo possa ter o **potencial de amenizar os efeitos da crise climática, ele não deve ser visto como a única e principal solução para o problema**. É que da forma como vem sendo pensado, debatido e



executado, o financiamento climático é altamente vinculado a **mecanismos de mercado, beneficiando, muitas vezes, interesses de grupos privados**. Outro ponto de crítica é o **endividamento dos países em desenvolvimento, já que em muitos casos, o financiamento climático resulta em empréstimos e dívidas**, agravando ainda mais a situação destes países, que, novamente afirmamos, são os que menos dão causa à crise climática.



“A lógica do máximo lucro ao menor custo, disfarçada de racionalidade, progresso e promessas ilusórias, **torna impossível qualquer preocupação sincera com a casa comum e qualquer cuidado pela promoção dos descartados da sociedade.**” (Papa Francisco, *Laudate Deum*, 31)

Por fim, o financiamento climático busca solucionar a crise de forma parcial, sem enfrentar suas raízes estruturais. Seguimos tentando resolver os desafios ambientais dentro do mesmo sistema econômico que os gerou, **sem modificar as bases desse mesmo sistema**. Assim, essa solução se torna contraditória e insuficiente para uma mudança real.

A Nova Meta Quantificada Coletiva de Financiamento Climático (NCQG, sigla em inglês)

A reflexão sobre o conceito e a efetividade do financiamento climático nos leva à **A Nova Meta Quantificada Coletiva de Financiamento Climático (NCQG)**. Esse foi um dos temas centrais presentes na última conferência do clima, a COP 29 em Baku, e o principal acordo financeiro tratado atualmente. Após as negociações entre os países ficou acordado que a nova meta global de financiamento climático, que antes era de US\$ 100 bilhões anuais, passaria para **pelo menos US\$ 300 bilhões anuais até 2035**.¹¹

¹¹ Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/balanco-resultados-cop29-meta-financiamento-climatico#:~:text=O%20 pilar%20da%20nova%20meta,iniciando%20em%202020%20at%C3%A9%202025.>

“(...) Sempre se deve recordar que «a protecção ambiental não pode ser assegurada somente com base no cálculo financeiro de custos e benefícios. **O ambiente é um dos bens que os mecanismos de mercado não estão aptos a defender ou a promover adequadamente.**”

(Papa Francisco, *Laudato Si'*, 190)

Embora a meta seja três vezes maior que a anterior, cientistas e especialistas acreditam que este montante deveria ser superior a US\$1 trilhão anual. Estudos apontam que as necessidades dos países em desenvolvimento no enfrentamento à crise climática superam a casa dos trilhões de dólares anuais.

E os mercados de carbono? Também entram neste tema?

Tal como a proposta de financiamento climático, os mercados de carbono emergem no contexto das iniciativas para combater as mudanças climáticas, especialmente como uma estratégia para diminuir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Na prática, os mercados de carbono permitem que **empresas e pessoas físicas compensem suas emissões de gases de efeito estufa** com base na compra de créditos gerados por projetos de redução de emissões ou de captura de carbono.¹²

Essa proposta possui grandes limitações e muitos setores até questionam a sua eficácia. De acordo com muitos cientistas e ambientalistas, os mercados de carbono **não reduzem as emissões de forma significativa**, já que permitem que as empresas continuem emitindo GEE, desde que compensem com créditos. Outro problema é o que chamamos de **“lavagem verde” (greenwashing)**, que consiste em organizações, empresas e países usando os mercados de carbono como uma maneira de **enganar** sobre as reais reduções de emissões, compensando suas emissões **sem realizar mudanças nas suas práticas**. Problemas de **transparência** também estão colocados, já que a negociação de créditos de carbono pode ser difícil de monitorar e verificar, o que levanta questões sobre a eficácia real dos créditos no enfrentamento à crise climática.

¹² Disponível em: [Mercado de carbono resulta em ‘imperialismo climático’, afirma economista](#)





A necessidade de superar o modelo econômico atual na luta contra a crise climática

Em conclusão, a lógica de mercantilização da vida presente nas atuais estratégias de financiamento climático e nos mercados de carbono revela-se insuficiente e ineficaz no enfrentamento da crise climática. Na encíclica *Laudato Si'*, o Papa Francisco nos alerta que o atual modelo econômico, baseado no consumismo e na exploração sem limites dos recursos naturais, é uma das principais causas dessa crise.

Para realmente enfrentarmos a emergência climática, devemos ir além das soluções de mercado e abraçar uma “ecologia integral” que, como Francisco nos orienta na Laudate Deum, promova a conversão ecológica, o cuidado com a casa comum e a solidariedade entre os povos, especialmente com os mais empobrecidos e vulnerabilizados. Só assim seremos capazes de implementar mudanças reais e justas para com toda a criação.



ORIENTAÇÕES PARA RODAS DE CONVERSA E OFICINA

“Tudo está interligado e ninguém se salva sozinho!”
(Papa Francisco, *Laudate Deum*, 19)



Ambiente:

Inclua imagens que representem dois grupos distintos. De um lado, os povos que mais sofrem os impactos da crise climática, e de outro, os que mais contribuem para essa crise. Organize as imagens de forma separada, de modo a evidenciar essa dualidade. Além disso, coloque citações do Papa Francisco extraídas da *Laudato Si'* e da *Laudate Deum*, que estejam diretamente relacionadas ao tema, ao redor do espaço, para reforçar o conteúdo reflexivo. No centro do ambiente, disponha o cartaz da Campanha da Fraternidade 2025, simbolizando a importância do tema para a ação coletiva.



Acolhida:

Realizar a oração da Campanha da Fraternidade 2025. Também pode-se utilizar o vídeo do hino da campanha para iniciar o encontro. Dar as boas vindas a todas e todos. Logo após, realizar uma breve reflexão sobre o ambiente preparado, as imagens, citações do Papa Francisco. Pedir para que cada participante compartilhe sua reflexão sobre esse ambiente.



Apresentação do Tema e reflexão:

Para garantir uma reflexão profunda do texto, crie um exercício coletivo que misture leitura e discussão. Peça para que cada participante anote as principais ideias que ecoam durante a leitura.



Debate:

Após a reflexão, fomente um debate que conecte o texto com os elementos do ambiente. É importante gerar um debate reflexivo e participativo. Proponha questões de debate para o grupo, tais como: o financiamento climático é realmente eficaz para enfrentar a crise climática? Quais os desafios do modelo atual? Como podemos superar a visão mercantilista que ainda predomina nas soluções propostas para essa crise? De que maneira as comunidades mais vulneráveis ao impacto das mudanças climáticas podem estar mais envolvidas nessas decisões?



Compromisso:

Com base no que foi discutido, peça para o grupo pensar em três compromissos individuais e três compromissos coletivos que podem assumir para contribuir nesses processos. Pedir para que esses compromissos sejam escritos e colocados no centro do ambiente. Faça um registro fotográfico do ambiente e dos participantes

A urgência de uma Ecologia Integral:

convergências e argumentos centrais na Doutrina Social da Igreja a partir do Pontificado do Papa Francisco

Cáritas Brasileira
Movimento Laudato Si'

Os documentos pontifícios recentes, nomeadamente as exortações apostólicas *Laudate Deum* (2023) e *Querida Amazônia* (2020), e a encíclica *Laudato Si'* (2015), oferecem uma análise profunda e multifacetada da crise socioambiental contemporânea. Embora cada texto possui um foco específico e aborda questões particulares, eles convergem em ideias centrais e argumentos cruciais que delineiam a urgência de uma ecologia integral, capaz de reconciliar a humanidade com a criação e de promover a justiça social. Este ensaio tem como objetivo apontar as ideias centrais de cada um destes documentos, suas principais convergências e os argumentos basilares que sustentam a sua mensagem.



A encíclica *Laudato Si'* (2015) estabelece as bases conceituais para uma ecologia integral. O documento argumenta, de forma contundente, a íntima interconexão entre a degradação ambiental e a degradação humana e social. A encíclica demonstra como a exploração desenfreada dos recursos naturais e a busca incessante pelo lucro, impulsionadas por um paradigma tecnocrático e consumista, afetam desproporcionalmente os mais pobres e vulneráveis, gerando um clamor tanto da terra quanto dos marginalizados. Um dos argumentos centrais da *Laudato Si'* é a necessidade de superar uma visão puramente utilitarista e antropocêntrica da criação, reconhecendo o valor intrínseco de cada criatura e a sua interdependência no vasto ecossistema. A encíclica apela a uma conversão ecológica que envolve uma mudança profunda de mentalidade, atitudes e estilos de vida, marcada pela sobriedade, pela solidariedade e por um renovado senso de responsabilidade para com o bem comum e as futuras gerações. Além disso, a *Laudato Si'* critica a fragilidade da política internacional e a submissão da mesma aos interesses econômicos e tecnológicos, clamando por um diálogo honesto e transparente, pela participação de todos os atores sociais nos processos decisórios e por uma reforma das instituições globais que garantam o cumprimento de acordos ambientais eficazes.

A exortação apostólica *Querida Amazônia* (2020) aplica os princípios da ecologia integral ao contexto específico da região pan-amazônica. O documento ecoa o grito da Amazônia, denunciando as ameaças à sua biodiversidade e aos direitos dos seus povos originários, frequentemente vítimas de interesses econômicos predatórios, da exploração ilegal de recursos e da violência. *Querida Amazônia* sonha com uma região onde os direitos dos mais pobres e dos povos indígenas sejam respeitados e promovidos, onde suas vozes sejam ouvidas e sua dignidade seja salvaguardada. Um argumento central do documento é a importância de reconhecer e valorizar a riqueza cultural e a sabedoria ancestral dos povos amazônicos, defendendo um diálogo intercultural que enriqueça a Igreja e a sociedade como um todo. A exortação clama por uma Igreja inculturada na Amazônia, capaz de anunciar o Evangelho de forma original, respeitando as línguas, as culturas e as tradições locais, e de promover uma santidade com rosto amazônico. *Querida Amazônia* também enfatiza a necessidade de conjugar a sabedoria ancestral com os conhecimentos técnicos contemporâneos para promover um desenvolvimento sustentável na região, garantindo a participação plena e informada das comunidades locais nos projetos que as afetam.

A recente exortação apostólica *Laudate Deum* (2023) retoma e atualiza a reflexão de *Laudato Si'*, enfatizando a urgência e a necessidade de ações concretas diante da crise climática. O documento constata a lenta implementação dos

acordos internacionais e a persistente ascensão das emissões globais, apesar das inúmeras negociações. *Laudate Deum* denuncia as estratégias de *marketing* e a informação falsa utilizadas para disfarçar a decadência ética do poder e para iludir as populações locais sobre os impactos negativos de projetos com forte impacto ambiental. O documento critica a lógica do máximo lucro ao menor custo, que impede uma preocupação sincera com a casa comum e com os descartados da sociedade. Um argumento central da *Laudate Deum* é o apelo a fórmulas vinculantes de transição energética que sejam eficientes, obrigatórias e facilmente monitoráveis, como condição para restaurar a credibilidade da política internacional e reduzir significativamente as emissões de carbono. A exortação insiste na inevitabilidade do multilateralismo para enfrentar os desafios globais, mas reconhece a necessidade de redesenhá-lo e democratizá-lo, fortalecendo a autoridade de organizações internacionais e reconhecendo o papel fundamental da sociedade civil. *Laudate Deum* conclama os líderes mundiais a priorizarem o bem comum e o futuro das novas gerações sobre os interesses particulares e de curto prazo.

As convergências entre os três documentos são notáveis e reforçam a consistência do pensamento pontifício sobre a ecologia integral. Todos eles partilham uma compreensão da crise ambiental como intrinsecamente ligada às questões sociais e econômicas, denunciando as injustiças sofridas pelos mais pobres e a exploração dos recursos naturais em benefício de poucos. Os três documentos criticam o paradigma tecnocrático e a primazia da lógica do lucro, que obscurecem a visão do bem comum e a responsabilidade para com as futuras gerações. Há um forte apelo à conversão ecológica, a uma mudança de coração que se traduza em estilos de vida mais sustentáveis e em ações concretas em defesa da criação. A importância do diálogo, tanto a nível social e político quanto intercultural e inter-religioso, é sublinhada como caminho para a construção de soluções justas e duradouras. Finalmente, todos os documentos reconhecem a necessidade de uma política internacional mais eficaz e ética, capaz de estabelecer regras universais e vinculantes para a proteção do meio ambiente e a garantia dos direitos humanos fundamentais.

Os argumentos principais que perpassam os três documentos sustentam a urgência de uma ecologia integral. O argumento da *interdependência de toda a criação* demonstra que a saúde do planeta e o bem-estar da humanidade estão intrinsecamente ligados, e que a degradação de um afeta inevitavelmente o outro. O argumento da *dignidade intrínseca de cada ser humano, especialmente dos mais vulneráveis*, exige uma justiça social que leve em consideração os impactos ambientais sobre suas vidas e meios de subsistência. O argumento da

responsabilidade para com as futuras gerações clama por uma gestão sustentável dos recursos naturais, evitando que o presente comprometa as oportunidades e o bem-estar daqueles que virão. O argumento da *insuficiência de soluções meramente técnicas ou econômicas* aponta para a necessidade de uma renovação ética e espiritual que inspire ações transformadoras. E, finalmente, o argumento da *urgência da ação diante da gravidade da crise climática e da contínua destruição ambiental* ressalta a necessidade de superar a inércia e os interesses particulares em prol do bem comum global.

Em suma, *Laudato Si'*, *Querida Amazônia* e *Laudate Deum* constituem um corpo doutrinário coerente e profético, um verdadeiro legado do Papa Francisco, que diagnostica a complexa crise socioambiental e propõe o caminho de uma ecologia integral como resposta fundamental. Através da identificação das raízes éticas, sociais, econômicas e espirituais dos problemas, da denúncia das injustiças e da defesa da interconexão de toda a criação, estes documentos oferecem um apelo urgente à conversão, ao diálogo e à ação, visando a construção de um futuro mais justo, sustentável e fraterno para toda a humanidade e para o planeta que habitamos. A convergência das suas ideias centrais e a força dos seus argumentos basilares reforçam a mensagem de que a proteção da casa comum é um imperativo moral, social e espiritual que não pode mais ser adiado.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. *Desafios para o sistema alimentar global*. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 73, n. 1, p. 53-57, 2021.

AGÊNCIA BRASIL. *Igrejas devem participar do esforço pela preservação do planeta*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-10/igrejas-devem-participar-do-esforco-pela-preservacao-do-planeta>. Acesso em: 7 ago. 2025.

BEAUCHAMP, E.; MOTAROKI, L. *Balanço do Objetivo Global de Adaptação: do Acordo de Paris ao programa de trabalho Glasgow-Sharm el-Sheikh*. Londres: IIED, 2022.

BENTON, T. G. et al. *Food system impacts on biodiversity loss: three levers for food system transformation in support of nature*. Chatham House Report, Feb. 2021.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora; Pi-seagrama, 2023.

BRASIL DE FATO. *Tem mais veneno no seu prato: Brasil bate recorde de liberação de agrotóxicos em 2024*. 28 jan. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/01/28/tem-mais-veneno-no-seu-prato-brasil-bate-recorde-de-liberacao-de-agrotoxicos-em-2024/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

CFFB. *30 anos da Rio 92, o legado da maior conferência ecológica de todos os tempos*. Disponível <https://cffb.org.br/30-anos-da-rio-92-o-legado-da-maior-conferencia-ecologica-de-todos-os-tempos-2/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

CIDSE. *Comunicado de imprensa. A Igreja Católica em todo o mundo pede ação climática urgente e um grande avanço na Conferência COP 21 em Paris*. 2015. Disponível em: <https://www.cidse.org>. Acesso em: 7 ago. 2025.

FAO. *Sustainable food systems: concept and framework*. Rome: FAO, 2018.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis (Orgs.). *A economia solidária em nível local*. Salvador: EDUFBA, 2004.

FRANCISCO, Papa. *Fratelli Tutti*: sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020.

FRANCISCO, Papa. *Laudato Si'*: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus, 2015.

FRANCISCO, Papa. *Laudate Deum*: sobre a crise climática. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2023.

FRANCISCO, Papa. *Querida Amazônia*: Exortação Apostólica pós-sinodal. São Paulo: Paulinas, 2020.

HLPE. *Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition*. Rome: High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, 2019.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. *A Igreja Católica estará em “todo lugar” na COP 26*. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/613959-a-igreja-catolica-estara-em-todo-lugar-na-cop26>. Acesso em: 7 ago. 2025.

IPES-FOOD. *The politics of protein: examining claims about livestock, fish, ‘alternative proteins’ and sustainability*. International Panel of Experts on Sustainable Food Systems, 2022.

JOVENS CATÓLICOS. *Como a Igreja Católica pode influenciar em ações da COP 30*. Disponível em: <https://jovenscatolicos.com.br/artigos-religiosos/como-a-igreja-catolica-pode-influenciar-em-aco-es-do-cop-30/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil*. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

ONU BRASIL. *Líderes religiosos lançam apelo conjunto por ação climática*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/144428-l%C3%ADderes-religiosos-lan%C3%A7am-apelo-conjunto-por-a%C3%A7%C3%A3o-clim%C3%A1tica>. Acesso em: 7 ago. 2025.

OXFAM. *Desigualdade S.A.* Trad. Roberto Cataldo – Verso Tradutores. São Paulo: Oxfam Brasil, jan. 2024. Disponível em: www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/desigualdade-s-a/. Acesso em: 10 jan. 2025.

OXFAM. *La desigualdad de las emisiones de carbono mata*. Oxford: Oxfam GB, out. 2024. Resumo executivo (em espanhol). Disponível em: <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621656/bp-carbon-inequality-kills-281024-summ-es.pdf?sequence=16>. Acesso em: 7 ago. 2025.

OXFAM BRASIL. *Às custas de quem? A origem da riqueza e a construção da injustiça no colonialismo*. São Paulo: Oxfam Brasil, jan. 2025.

SCHNEIDER, Sérgio; NIEDERLE, Paulo Augusto. *Desenvolvimento rural e agricultura familiar no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

SINGER, Paul. *Economia solidária: introdução, história e experiência brasileira*. São Paulo: Editora Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2013.

THE LANCET COMMISSION. *The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report*. *The Lancet*, v. 393, n. 10173, p. 791-846, 2019.

UNEP. *Food Waste Index Report 2021*. Disponível em: <https://www.unep.org/resources/report/unep-food-waste-index-report-2021>. Acesso em: 7 ago. 2025.

UNFCCC. *COP 28 EAU: Manual del Observador para la COP 28*. Disponível em: <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Observer%20Handbook%20for%20COP%2028-Spanish.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2025.

UNFCCC. *O que é a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas?* Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/what-is-the-united-nations-framework-convention-on-climate-change>. Acesso em: 31 jan. 2025.

VATICAN NEWS. *Laudate Deum e a COP 28*. 2023. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2023-10/laudate-deum-cop-28-l-osservatore-romano-outubro-2023.html>. Acesso em: 7 ago. 2025.

WRI BRASIL. *Balanço da COP 29: a nova meta global de financiamento climático e outros resultados*. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/balanco-resultados-cop29-meta-financiamento-climatico>. Acesso em: 7 ago. 2025.

WWF. *Relatório Planeta Vivo 2024 – Um sistema em perigo*. Gland, Suíça: WWF, 2024. Disponível em: https://wwfbrnew.awsassets.panda.org/downloads/relatorio-planeta-vivo_resumo_executivo_portugues_embargo.pdf. Acesso em: 7 ago. 2025.

REGISTRE SUA ATIVIDADE NO MAPEAMENTO

Ao final de cada oficina, registre essas atividades realizadas usando o QR Code abaixo ou [clcando aqui](#)



Inclua um breve resumo da atividade e o registro fotográfico.

OUTRAS LEITURAS RECOMENDADAS

Aponte a camera do seu celular e leia os Qrcodes abaixo



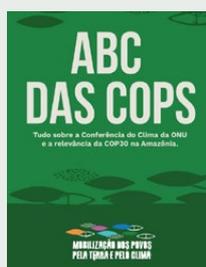
Documento da Cáritas com suas posições para a COP 30 Por uma transição justa, inclusiva, popular e democrática:



Mensagem das Conferências e Conselhos Episcopais Católicos da África, América Latina e Caribe, e Ásia por ocasião da COP30:



Documento Ecologia Integral: uma narrativa para enfrentar a crise socioambiental:



ABC das COPs - Tudo sobre a conferência do clima da ONU e a importância da COP 30 na Amazônia

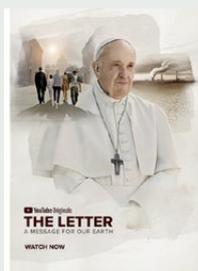




Os direitos das crianças e dos adolescentes na pauta climática – Guia para a cobertura jornalística:



Cartilha Nossa Casa Comum - Guardiões da Criação:



Filme: “A Carta: Uma Mensagem para nossa terra”



Livro: Marques, Luiz. O DECÊNIO DECISIVO – propostas para uma política de sobrevivência. Editora Elefante, 2023



Guia de Bolso: Comunicação Climática no Brasil.



Documentário: “Sobrevivendo ao Progresso”. 2012. Legendado. Inspirado em “Uma Breve História do Progresso”, de Ronald Wright. Disponível em www.youtube.com/watch?v=x9Yc9wKz9n4



Revista: Casa Comum: Quem protege quem defende os direitos humanos e socioambientais?. Disponível em <https://revistacasacomum.com.br/quem-protege-quem-defend-eos-direitos-humanos-e-socioambientais/>



Relatório: Vozes Silenciadas. Global Witness. Disponível em www.globalwitness.org/documents/20699/Global_Witness_Land_And_Environmental_Defenders_Sep_2024_Report_Portuguese_Pin1IVA.pdf



Programa de Proteção. MDHC. Disponível em www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoas-ameaçadas-de-morte/acoes-e-programas/programa-de-protecao-aos-defensores-de-direitos-humanos-comunicadores-e-ambientalistas-ppddh



Campanha: “La Vida pende de un hilo”. Disponível em <https://adn.celam.org/lanzan-la-campana-la-vida-pende-de-un-hilo-para-visibilizar-y-proteger-a-defensores-en-riesgo/>



Campanha: A Vida por um fio. Guia Metodológico. Disponível em https://olma.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Guia-Metodol%C3%B3gico_web.pdf



Realização:



**CÁRITAS
BRASILEIRA**



**MOVIMENTO
LAUDATO SI'**

Católicos pela Nossa Casa Comum

Apoio:



CATHOLIC RELIEF SERVICES



Alemanha

CAFOD A better world
needs all of us



Secours
Catholique
Caritas France

misereor
AÇÃO COMUM JUSTA GLOBAL

Caritas
Internationalis

